

OceanPact Serviços Marítimos S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
OceanPact Serviços Marítimos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OceanPact Serviços Marítimos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OceanPact Serviços Marítimos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da OceanPact Serviços Marítimos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de serviços prestados, afretamento e locação (“receita de serviços”)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de suas controladas é oriunda de prestação de serviços de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15), considerando as seguintes etapas: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação; e (v) reconhecimento da receita. Assim, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou à medida que) as obrigações de desempenho são satisfeitas com base no estágio de conclusão do contrato. O processo também abrange a mensuração da receita a faturar, que é calculada com base em estimativas até a data do balanço, utilizando premissas específicas definidas pela Companhia.

Devido à relevância das receitas de serviços prestados e ao grau de julgamento aplicado pela Diretoria para mensuração da receita a faturar no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento das receitas de serviços, incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receita de serviços; (ii) teste, em base amostral, no qual concluímos sobre a ocorrência, acuracidade e competência por intermédio de inspeção de contratos, faturas e documentos de medição da prestação de serviços emitidos pela Companhia e aprovados pelos clientes; (iii) inspeção, em base amostral, da liquidação financeira dos respectivos recebíveis relacionados a essas receitas reconhecidas no período corrente; (iv) testes substantivos analíticos para avaliar a correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de serviços; (v) avaliação das premissas utilizadas no cálculo da receita a faturar, assegurando que foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes; e (vi) avaliação das divulgações realizadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 (IFRS 15).

Com base nos procedimentos de auditoria planejados e efetuados, consideramos os valores contabilizados relativos às receitas de serviços prestados, afretamento e locação, bem como as respectivas divulgações efetuadas, adequadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

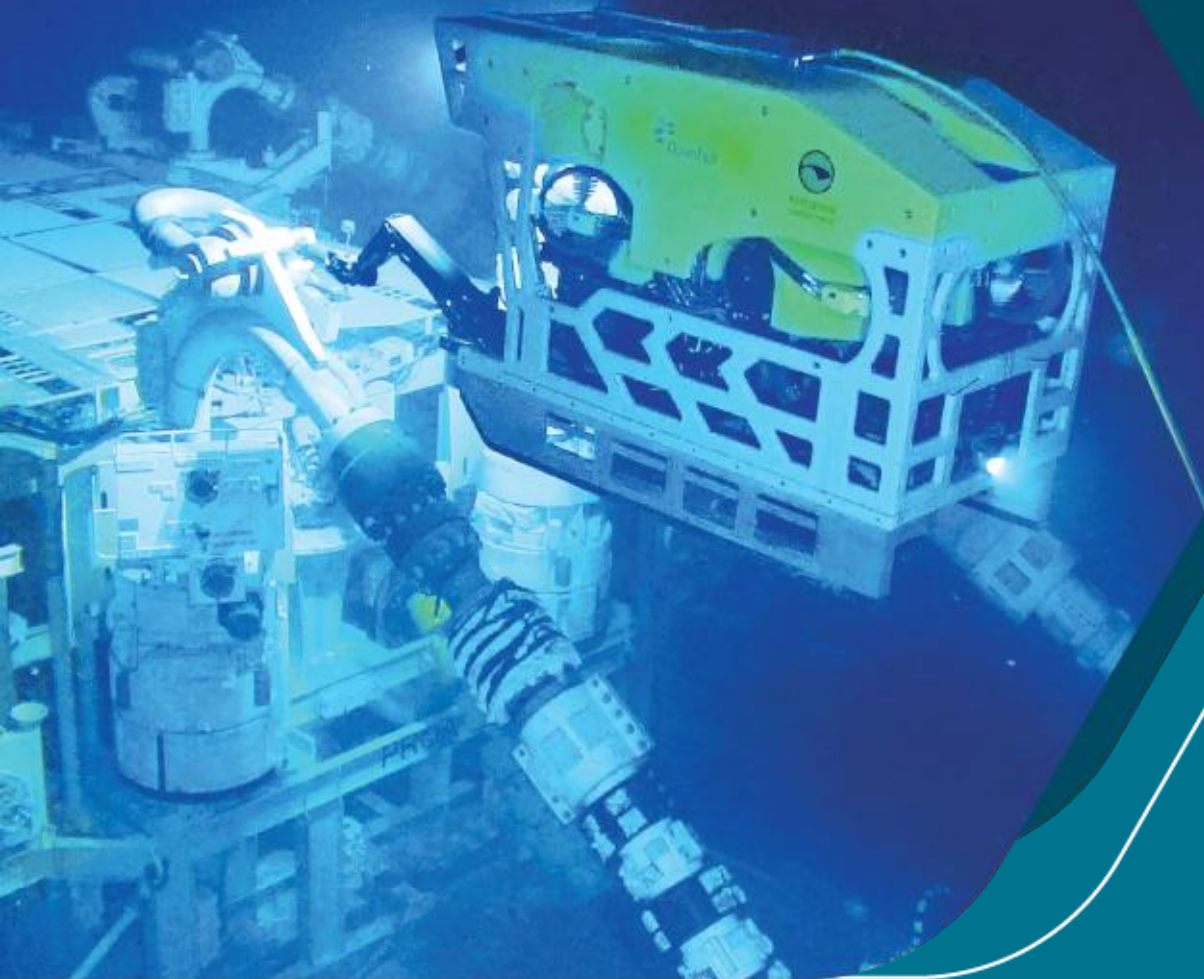
Rio de Janeiro, 4 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3



04/03/26

Relatório da Administração

2025

O Relatório da Administração busca atender aos normativos vigentes, como a Lei nº 6.404/1976 e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Além disso, as informações financeiras contidas nesse relatório são elaboradas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações operacionais e financeiras de 2025, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados.

**AVISO
Importante**



82%

de **Taxa de ocupação** no ano,
em linha com o Guidance.



R\$ 2.131 milhões

de **Receita Líquida** em 2025.
Crescimento em bases comparáveis¹ de
30% em relação a 2024.



R\$ 656 milhões

de **EBITDA** no ano.
Crescimento em bases comparáveis²
de **29%** em relação a 2024.



R\$ 105 milhões

de **Lucro Líquido** em 2025.

Nota 1: Exclui as receitas de parcerias
Nota 2: Exclui Reversão de Provisões

**Destques
do Ano 2025**

Caro leitor,

Os resultados de 2025 não são apenas reflexo de um bom ano de operações, mas a confirmação de que as nossas escolhas estratégicas foram acertadas e de que fomos capazes de implementar a estratégia com eficácia.

Como Presidente do Conselho, tenho acompanhado a evolução da OceanPact sob uma ótica de longo prazo. Quando decidimos aprofundar nossa atuação no mercado subsea, investindo em RSVs, ROVs próprios e na formação especializada de técnicos, sabíamos que a execução da estratégia e a disciplina na alocação de capital seriam testadas.

Hoje, os números confirmam o acerto dessa visão. Atingimos uma Receita Líquida de R\$ 2,1 bilhões e um EBITDA de R\$ 656 milhões. Mais relevante que o crescimento em si é a qualidade desse resultado: o Lucro Líquido de R\$ 105 milhões nos permite, agora, realizar a primeira distribuição de dividendos após a abertura de capital, honrando a confiança de quem acreditou no nosso modelo de negócio.

O ano de 2025 também representou um marco de redução do nosso risco comercial. Concluímos um importante ciclo de negociação para sete de nossas embarcações high-spec (5 RSVs e 2 AHTS-TOs), garantindo contratos de longo prazo em patamares de diárias significativamente superiores aos do ciclo anterior. No segmento de Serviços, a conquista de contratos de descomissionamento reforça nossa visão de empresa integrada de embarcações e serviços, alavancando nossa capacidade de capturar valor em todas as etapas envolvidas na vida de um campo de petróleo.

Minha leitura para o futuro, reforçada pelas discussões recentes nos fóruns internacionais, é que o cenário continuará favorável para as empresas de embarcações de apoio e serviços offshore. Relatórios setoriais apontam que, para atender à demanda energética mundial até 2035, serão necessários mais de 70 milhões de barris diários de novos suprimentos, dos quais cerca de um terço virá de novos projetos offshore.

Com a chegada das novas unidades de produção planejadas e o aumento das atividades de perfuração, incluindo a nova fronteira da Margem Equatorial e da Bacia de Pelotas, o Brasil se torna o epicentro da demanda global por embarcações de apoio. Considerando que há uma baixa predisposição para a construção de novas embarcações, temos um horizonte de previsibilidade e resultados consistentes para quem já possui escala e ativos de alta qualidade.

Mensagem
do Conselho

Foi sob essa ótica, de aproveitar ambiente positivo para capturar o máximo de valor, que estruturamos a associação com o Grupo CBO. A transação não se trata de uma simples soma de ativos, mas de uma complementaridade operacional e estratégica única. De um lado, temos a história, a resiliência e a excelência operacional de uma frota robusta como a da CBO, e, do outro, a agilidade da OceanPact em inovar e encontrar soluções sob medida para as necessidades dos nossos clientes.

A nova companhia combinada nasce com uma frota de 73 embarcações e um backlog importante de R\$ 13,6 bilhões, sendo a segunda maior frota do Brasil e uma das maiores em termos mundiais. Estamos criando a mais completa plataforma para atendimento às necessidades de nossos clientes na área offshore. Continuaremos investindo em novas tecnologias e expandindo a nossa área de serviços, ao mesmo tempo que otimizamos a utilização de nossa frota ampliada.

Essa nova etapa é sustentada por uma estrutura de governança robusta, contando com um Conselho de Administração plural e um time executivo que une as melhores competências de ambas as organizações, garantindo a disciplina necessária para liderar este novo ciclo.

Encerramos 2025 esperançosos pelo futuro, certos de que estamos melhores e mais preparados para o que vem pela frente. O futuro da OceanPact está alicerçado em bases sólidas.

Atenciosamente,

LUIS ANTONIO GOMES ARAUJO

Presidente do Conselho de Administração



DESTAQUES FINANCEIROS / OPERACIONAIS (em R\$ milhões, exceto %)	2025	2024	Δ ANO
Receita Líquida	2.134	1.721	24%
Receita Parcerias	3	85	-96%
Receita Líquida Ex - Parcerias	2.131	1.636	30%
EBITDA Ajustado	656	531	24%
EBITDA Ajustado Embarcações	375	308	22%
EBITDA Ajustado Serviços	281	223	26%
Reversão de Provisões (RP)	-	(23)	NA
EBITDA Ajustado Ex - RP	656	508	29%
Margem EBITDA Ajustada Ex - RP e Receita Parcerias	31%	31%	0 p.p.
Dívida Bruta Bancária	1.939	1.669	16%
Caixa e títulos e valores mobiliários	(720)	(544)	32%
Dívida Líquida Bancária	1.219	1.125	8%
Dívida Líquida Bancária / EBITDA Ajustado LTM ¹	1,99	1,78	0,21
Lucro (Prejuízo) líquido	105	(16)	NA
Capex	481	400	20%
Taxa de Ocupação da Frota Operacional	82%	79%	3 p.p.
Quantidade de embarcações	28	28	-
Quantidade de ROVs	11	7	57%

Nota 1: Dívida Líquida Bancária / EBITDA Ajustado para cálculo do Covenant considera endividamento com (i) dólar médio do ano BNDES; (ii) novos Afretamentos/Arrendamentos e (iii) instrumentos financeiros de Hedge, enquanto no EBITDA Ajustado exclui o efeito de multa de clientes.

Principais
Indicadores



Segmento de Embarcações

Segmento de Embarcações

DRE OCEANPACT - EMBARCAÇÕES (em R\$ milhões, exceto %)	2025	2024	Δ ANO
Frota operacional média (a)	23	23	0%
Período - dias (b)	365	366	-
Dias disponíveis (c = a * b)	8.494	8.498	0%
Taxa de Ocupação (d)	82%	79%	3 p.p.
Dias Ocupados (e = c * d)	6.933	6.716	3%
Diária Média - R\$ mil (f)	191	153	25%
Receita de Embarcações ex-Parcerias (g = e * f)	1.323	1.026	29%
Receita Parcerias (h)	3	85	-96%
Receita Líquida de Embarcações (i = g + h)	1.326	1.111	19%
Custo de Embarcações	(1.092)	(913)	20%
Lucro Bruto	234	198	18%
Margem Bruta Ex - Receita Parcerias	18%	19%	-1 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(147)	(116)	27%
Outros Resultados	7	8	NA
EBIT	94	89	5%
Margem EBIT Ex - Receita Parcerias	7%	9%	-2 p.p.
Depreciação e Amortização	278	226	23%
EBITDA	372	315	18%
Margem EBITDA Ex - Receita Parcerias	28%	31%	-3 p.p.
Ajustes de EBITDA ¹	3	(8)	NA
EBITDA Ajustado	375	308	22%
Margem EBITDA Ajustada Ex - Receita Parcerias	28%	30%	-2 p.p.
Reversão de Provisões (RP)	-	(23)	NA
EBITDA Ajustado Ex - RP	375	285	32%
Margem EBITDA Ajustada Ex - RP e Receita Parcerias	28%	28%	-0 p.p.

Nota 1: Ajustes de EBITDA de R\$ 3 milhões em 2025 referem-se à despesas relacionadas a M&A e ajustes de R\$ -8 milhões em 2024 referem-se à reversão parcial de provisões na Aquisição da UP Offshore registradas na controladora.



Desempenho Operacional

Frota operacional: O número médio de embarcações operacionais gerando receita no Segmento de Embarcações se manteve estável em 23 unidades durante o exercício de 2025, patamar alinhado com a média registrada no ano anterior.

Taxa de ocupação: O ano de 2025 registrou um incremento de 3 pontos percentuais na taxa de ocupação da frota em comparação com o exercício anterior, evoluindo de 79% para 82%. Este crescimento reflete uma dinâmica distinta entre os períodos. Enquanto em 2024 o indicador foi pressionado por uma alta concentração de períodos em docagem e adequações técnicas para o início de novos contratos, em 2025 esses eventos foram mais pontuais, concentrando-se basicamente no último trimestre do ano.

Diária líquida média: Em 2025, a Companhia registrou um crescimento de 25% em sua diária líquida média, passando de R\$ 153 mil em 2024 para R\$ 191 mil no ano corrente. Este avanço reflete, em grande parte, a plena vigência ao longo de todo o exercício de novos contratos de longa duração com taxas diárias mais elevadas, incluindo as embarcações Ilha de Marajó, Ilha de Santana, Jim O'Brien, Fernando de Noronha e Macaé, cenário que contrasta com 2024, quando esses reajustes impactaram apenas parcialmente os resultados. A alta foi ainda impulsionada pelo início, a partir do segundo semestre de 2025, de um novo contrato de longa duração com diária substancialmente maior para a embarcação Ilha do Mosqueiro, somado à contribuição de contratos de curta duração com taxas diárias mais elevadas, como os do Parcel das Paredes e Parcel dos Meros.



Receita Líquida e EBITDA do Segmento de Embarcações

Receita de Embarcações ex-Parcerias: A receita líquida em bases comparáveis totalizou R\$ 1.323 milhões em 2025, um crescimento importante de 29% frente aos R\$ 1.026 milhões registrados no ano anterior. Essa evolução tem como principal impulsionador o efeito combinado com contratos de menor duração com diárias mais elevadas, os quais, conforme mencionado na análise da taxa de ocupação, passaram a vigorar em sua plenitude no ano corrente, e da contribuição de contratos curtos com patamares elevados de diárias. Este mix contratual foi decisivo para a alta de 25% na diária líquida média, de R\$ 153 mil para R\$ 191 mil, sendo o fator preponderante para a expansão da Receita.

Receita Líquida de Embarcações: A Receita Líquida do Segmento de Embarcações é composta pela receita gerada pelas embarcações da frota operacional, cujas movimentações foram detalhadas no bloco anterior, e pela receita oriunda da parceria estratégica entre a OceanPact e a empresa norueguesa Reach Subsea. Este acordo consiste no afretamento de uma embarcação tripulada da Reach para a prestação de serviços a clientes. Ativa desde março de 2023, a parceria permaneceu vigente até o ano de 2025, gerando uma receita líquida de R\$ 85 milhões em 2024 e R\$ 3 milhões em seu último exercício de contribuição.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada de Embarcações: Com o objetivo de estabelecer uma base de comparação equivalente para o EBITDA dos exercícios de 2025 e 2024, é necessário ajustar a base de cálculo, retirando o impacto contábil não recorrente referente à reversão de provisões da UP, no valor de R\$ 23 milhões, registrada em 2024. Desconsiderando esse efeito, o EBITDA ajustado de 2025, que totalizou R\$ 375 milhões, apresenta um crescimento de 32% em relação ao resultado de 2024, que foi de R\$ 285 milhões.

O Segmento registrou uma margem EBITDA Ajustada ex-Reach de 28% em 2025, nível que se mantém estável em bases comparáveis quando confrontado com 2024.





Segmento de Serviços

Segmento de Serviços

O segmento de serviços divide-se em 3 principais unidades de negócio:

(i) Subsea, Geociências & Descomissionamento; (ii) Oil Spill Response; e (iii) Consultoria e Outros.

DRE OCEANPACT - SERVIÇOS (em R\$ milhões, exceto %)	2025	2024	Δ ANO
Receita Líquida de Serviços	833	613	36%
UN Subsea, Geociências & Descomissionamento	564	414	36%
UN Oil Spill Response	137	119	15%
UN Consultoria & Outros	132	80	64%
Custo de Serviços	(493)	(349)	41%
Lucro Bruto	340	264	29%
Margem Bruta	41%	43%	-2 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(104)	(75)	40%
Outros Resultados	(1)	1	NA
EBIT	234	190	23%
Margem EBIT	28%	31%	-3 p.p.
Depreciação e Amortização	46	33	40%
EBITDA	280	223	26%
Margem EBITDA	34%	36%	-2 p.p.
Ajustes de EBITDA ¹	1	-	NA
EBITDA Ajustado	281	223	26%
Margem EBITDA Ajustada	34%	36%	-2 p.p.

Nota 1: Ajustes de EBITDA de R\$ 1 milhão em 2025 referem-se à despesas relacionadas a M&A.



Receita Líquida e EBITDA ajustado do Segmento de Serviços

O ano de 2025 encerrou com uma receita líquida de R\$ 833 milhões no segmento, um crescimento importante de 36% comparado aos R\$ 613 milhões de 2024. Esta expansão foi majoritariamente impulsionada pelo início das operações da UN Descomissionamento, com a execução de contratos firmados com a Petrobras e Trident, complementada por novos projetos na UN Consultoria, através da área de Meio Ambiente, em especial contratos de sísmica e de preparação para lançamento de cabos submarinos, e por um novo contrato da UN Logística com a Equinor.

O EBITDA ajustado do segmento totalizou R\$ 281 milhões em 2025, ante R\$ 223 milhões no ano anterior, refletindo um avanço de 26% entre os períodos. Esse crescimento está diretamente associado aos mesmos fatores que explicaram a expansão da receita líquida, detalhados na seção anterior.

A margem EBITDA ajustada do Segmento de Serviços em 2025 foi de 34%, comparada a 36% em 2024.



Resultado Consolidado

Receita Líquida e EBITDA ajustado

R\$ MILHÕES	2025	2024	Δ ANO
Receita líquida (ex - Parcerias)	2.131	1.636	30%
Custos e despesas (ex - Parcerias)	(1.809)	(1.377)	31%
Pessoal	(770)	(612)	26%
Depreciação e amortização ¹	(307)	(249)	23%
Viagens, transportes e refeições	(74)	(64)	15%
Aluguéis e afretamentos	(93)	(20)	356%
Serviços de terceiros	(248)	(166)	49%
Insumos e manutenção	(266)	(225)	18%
Outros custos e despesas	(51)	(41)	26%
Outros resultados	6	8	NA
Depreciação e amortização total	324	259	25%
EBITDA ex-Parcerias	651	526	24%
EBITDA Parcerias	1	12	-89%
Ajustes de EBITDA ²	4	(8)	NA
EBITDA Ajustado	656	531	24%
Reversão de Provisões (RP)	-	(23)	NA
EBITDA Ajustado Ex - RP	656	508	29%
Margem EBITDA Ajustada Ex - RP e Receita Parcerias	31%	31%	0 p.p.

Nota 1: Contempla créditos PIS / COFINS sobre a depreciação.

Nota 2: Ajustes de EBITDA de R\$ 4 milhões em 2025 referem-se à despesas relacionadas a M&A e ajustes de R\$ -8 milhões em 2024 referem-se à reversão parcial de provisões na Aquisição da UP Offshore registradas na controladora.

A receita líquida consolidada ex-Reach atingiu R\$ 2.131 milhões em 2025, um crescimento de 30% frente aos R\$ 1.636 milhões do exercício anterior. O resultado reflete o desempenho positivo de ambos os segmentos: Embarcações, favorecido pela elevação das diárias médias, e o de Serviços, impulsionado prioritariamente pela UN Descomissionamento.

O EBITDA Ajustado consolidado da Companhia, excluindo o impacto não recorrente da Reversão de Provisões, atingiu R\$ 656 milhões em 2025, correspondendo a uma margem EBITDA Ajustada ex-Parcerias de 31%. O resultado representa um crescimento de 29% em relação ao EBITDA Ajustado de R\$ 508 milhões de 2024.



Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas

R\$ MILHÕES	2025	2024	Δ ANO
Receita líquida (ex-Parcerias)	2.131	1.636	30%
Custos e despesas (ex-Parcerias)	(1.809)	(1.377)	31%
Custos dos serviços	(1.558)	(1.187)	31%
Despesas gerais e administrativas	(251)	(191)	32%
% despesas / receita líquida	12%	12%	0 p.p.

No comparativo entre 2024 e 2025, a linha de Custos dos serviços registrou um crescimento de 31%, enquanto as Despesas Gerais e Administrativas cresceram 32%. Apesar da variação, a relação do SG&A em relação à receita líquida manteve-se estável, em 12%, em ambos os períodos.

A elevação de Custos e Despesas reflete quatro vetores principais: (i) aluguel de ROV de parceiro, para execução de projeto spot pela embarcação Parcel dos Meros; (ii) desenquadramento do IFRS 16 para a embarcação Parcel dos Meros; por se tratar de um contrato de afretamento de curto prazo (inferior a um ano), o valor deixou de ser capitalizado e passou a ser integralmente reconhecido como custo operacional; (iii) reajustes anuais de salários; e (iv) ajuste de marcação a mercado dos Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP), impactados pela valorização das ações OPCT3 no período.



Resultado Financeiro

R\$ MILHÕES	2025	2024	Δ ANO
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	53	29	82%
Juros	10	5	96%
Outras receitas	2	2	-8%
Total	65	37	78%
Despesas financeiras			
Juros e encargos bancários	(255)	(184)	39%
Juros e encargos - arrendamentos	(9)	(5)	98%
Outras despesas	(17)	(14)	26%
Total	(282)	(202)	40%
Variações cambiais	30	(103)	NA
Resultado financeiro líquido	(186)	(268)	-30%

No exercício de 2025, o resultado financeiro líquido registrou um saldo negativo de R\$ 186 milhões. Este valor representa uma melhora de 30% em comparação ao resultado negativo de R\$ 268 milhões apurado em 2024. A principal razão para esta melhora foi o impacto da variação cambial, que passou de um resultado negativo de R\$ 103 milhões em 2024 para um positivo de R\$ 30 milhões em 2025.

Resultado Líquido

R\$ MILHÕES	2025	2024	Δ ANO
EBITDA Ajustado	656	531	24%
Ajuste de EBITDA ¹	(4)	8	NA
EBITDA	652	538	21%
Depreciação e amortização	(324)	(259)	25%
Variação cambial	30	(103)	NA
Resultado financeiro	(216)	(165)	31%
EBT (Lucro Antes dos Impostos)	142	12	1132%
Tributos sobre o lucro	(37)	(27)	35%
Lucro (Prejuízo) Líquido	105	(16)	NA

Nota 1: Ajustes de EBITDA de R\$ -4 milhões no 4T25 e em 2025 referem-se à despesas relacionadas a M&A e ajustes de R\$ 8 milhões em 2024 referem-se à reversão parcial de provisões na Aquisição da UP Offshore registradas na controladora.

O lucro líquido em 2025 totalizou R\$ 105 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 16 milhões apurado em 2024. Como visto, além da sólida performance operacional nos segmentos de Embarcações e Serviços, o resultado foi também positivamente impactado pela variação cambial no período. Este desempenho permitiu a compensação da totalidade dos prejuízos acumulados e a proposição do primeiro dividendo da empresa após a abertura de capital.



Endividamento

R\$ MILHÕES	2025	2024	Δ ANO
Dívida Bruta (inclui arrendamento)	1.709	1.199	42%
% Curto Prazo	16%	23%	-7 p.p.
% Longo Prazo	84%	77%	7 p.p.
Caixa e equivalentes	(544)	(264)	106%
Dívida Líquida (inclui arrendamento)	1.165	935	25%
Arrendamentos de curto e Longo prazo	30	43	-30%
Credor por Financiamento	10	19	-45%
Dívida Líquida Bancária	1.125	874	29%
EBITDA Ajustado	531	522	2%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	2,19	1,79	0,40
Dívida Líquida Bancária/EBITDA Ajustado	2,12	1,68	0,44
Dívida Líquida Bancária/EBITDA Ajustado (Covenant)¹	2,02	1,63	0,39

Nota 1: Dívida Líquida Bancária / EBITDA para cálculo do Covenant considera endividamento com: (i) dólar médio do ano BNDES; (ii) novos Afretamentos/Arrendamentos e (iii) instrumentos financeiros de Hedge, enquanto no EBITDA Ajustado exclui-se o efeito de multa de clientes.

A dívida bruta da Companhia encerrou o exercício de 2025 em R\$ 2.088 milhões, um aumento de 22% em relação aos R\$ 1.709 milhões registrados em 2024. Esta elevação decorre principalmente da 7ª emissão de debêntures e da captação de recursos por meio de operações de crédito estruturadas com o BNDES, em seu papel de agente financeiro do Fundo de Marinha Mercante (FMM).

Essas emissões contribuíram também para que a posição final de caixa e equivalentes encerrasse 2025 com um crescimento de 32% em relação a 2024, passando de R\$ 544 milhões para R\$ 720 milhões.

O indicador Dívida Líquida/EBITDA, calculado conforme as regras de Covenant, ficou em 1,99x ao final de 2025, abaixo do limite de 2,5x estabelecido nos contratos das debêntures.



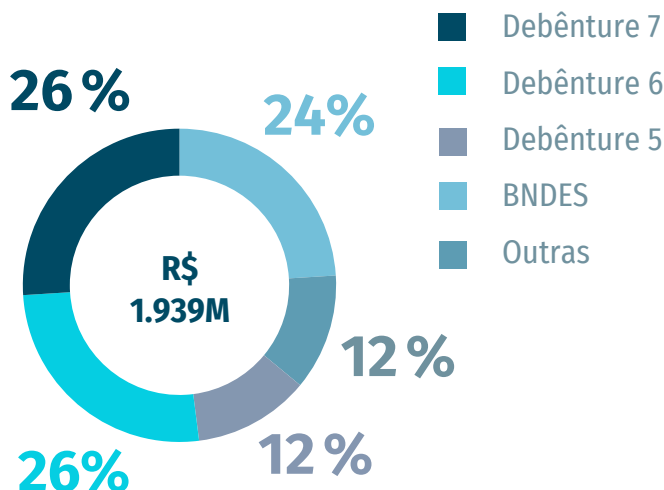
Análise da Dívida Bancária Bruta

Dívida Bruta Bancária Total: R\$ 1.939 milhões

BNDES: R\$ 462 milhões com vencimentos até 2034, custo entre USD +2,20% a USD +3,91%.

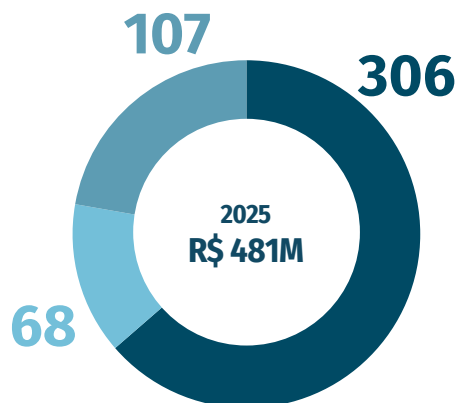
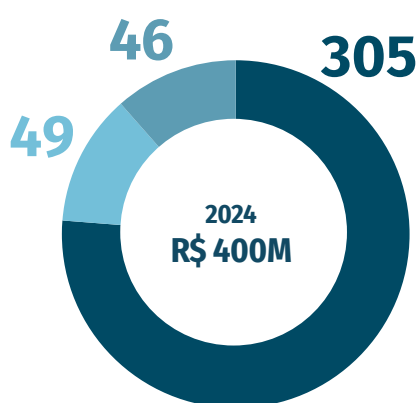
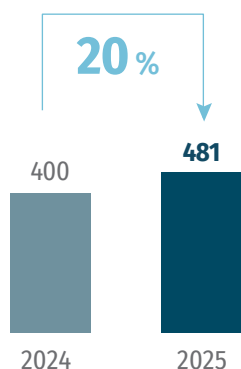
Debêntures: R\$ 1.247 milhões sendo, R\$ 247 milhões debênture 5 com vencimento até 2029 a CDI +2,95, R\$ 500 milhões debênture 6 com vencimento até 2029 a CDI +2,50 e R\$ 500 milhões debênture 7 com vencimento até 2030 a CDI +2,00.

Outras: R\$ 230 milhões com vencimentos até 2031.



Investimentos

Capex (R\$ milhões)



Os investimentos da Companhia em Capex corrente, modernizações e crescimento totalizaram R\$ 481 milhões em 2025, um incremento de 20% em relação ao exercício anterior.

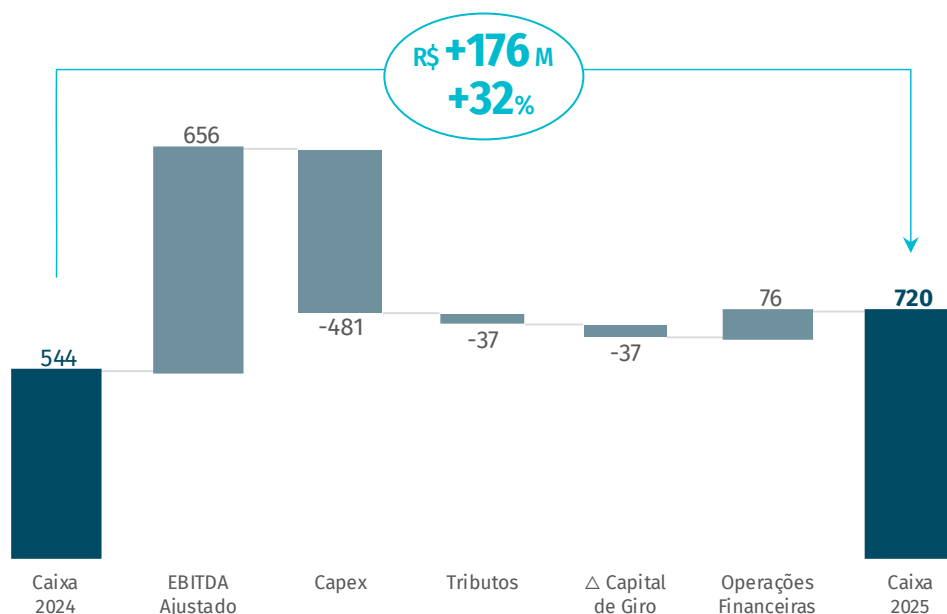
Corrente: R\$ 306 milhões referente às docagens e manutenções das embarcações ao longo do ano.

Modernizações: R\$ 68 milhões, sendo a maior parte direcionada ao Capex para modernizar as embarcações Ilha do Mosqueiro, Parcel das Paredes, Parcel dos Reis, Parcel do Bandolim e Parcel das Timbebas, para os novos contratos com a Petrobras.

Crescimento: R\$ 107 milhões, incluindo a aquisição de 2 ROVs que serão alocados na embarcação Parcel dos Meros e aquisição de equipamentos para as UNs de Geociências e Descomissionamento.



Fluxo de Caixa



Conforme demonstrado no gráfico, a Companhia concluiu 2025 com uma posição de caixa de R\$ 720 milhões, um incremento de R\$ 176 milhões em relação ao saldo de 2024. Esta geração de caixa foi impulsionada, principalmente, pelo forte desempenho operacional dos segmentos de Embarcações e de Serviços, sendo parcialmente compensado pelo volume de Capex executado ao longo do exercício, conforme detalhado na seção de investimentos.

Relacionamento com auditores independentes

Com o intuito de atender à instrução CVM nº 381/2003, comunicamos que a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU foi contratada pela OceanPact Serviços Marítimos S.A para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício de 2025. Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, não foram contratados pela OceanPact Serviços Marítimos S.A quaisquer outros serviços de consultoria da empresa que prestou o serviço de auditoria externa de seus resultados.



MEIO AMBIENTE - GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental integra o nosso compromisso contínuo com a prevenção e a redução de impactos ao meio ambiente. Realizamos o monitoramento sistemático de indicadores ambientais, como a gestão de resíduos sólidos, as emissões de gases de efeito estufa, o uso de recursos hídricos e o controle de efluentes, por meio de sistemas estruturados com registros periódicos. Essa abordagem permite maior rastreabilidade, controle e a melhoria contínua do nosso desempenho ambiental.

A OceanPact possui chancelas e certificações que atestam sua atuação de forma ambientalmente responsável. Algumas delas são a ISO 9001, que apresenta requisitos para aprimoramento de processos de forma que visem mais segurança e confiança para as empresas; ISO 14001, que contribui na identificação e gestão dos riscos ambientais; e ISM Code, código internacional que orienta a gestão para a operação segura de navios e para a prevenção de poluição. Além disso, nossa sede é classificada como ecofriendly, localizado em edifício com Certificado Leed Gold.

A coleta seletiva está presente em toda a operação da companhia, abrangendo escritórios, bases e embarcações. Em 2025, foram coletadas 1.025,06 toneladas de resíduos nas embarcações, das quais 88,2% foram recicladas ou reaproveitadas, representando uma melhoria de 1,7 ponto percentual em relação ao ano anterior.

Nas bases portuárias e escritórios, foram coletadas 208,5 toneladas de resíduos, sendo 87,37%, o equivalente a 183 toneladas recicladas ou reaproveitadas, o que representa uma melhoria expressiva de 15,34 pontos percentuais em comparação ao período anterior.

Como resultado consolidado da companhia, em 2025 foram geradas 1.233,55 toneladas de resíduos, com 88,2% de reciclagem ou reaproveitamento, demonstrando uma evolução de 1,5 ponto percentual em relação a 2024.

Cientes de que a não geração de resíduos é um pilar fundamental para uma gestão sustentável, a área de Meio Ambiente desenvolveu uma série de campanhas de conscientização, diálogos com tripulantes e ações presenciais de engajamento a bordo, resultando na geração de 1,59 toneladas de resíduos por tripulante, representando uma redução de cerca de 11,7% quando comparado ao índice de 2024.

As mesmas iniciativas foram replicadas nas bases portuárias e nos escritórios, considerando as especificidades e particularidades das operações e atividades administrativas. Como resultado, foram implementadas campanhas de meio ambiente que contribuíram para a redução de aproximadamente 15,34 pontos percentuais na geração de resíduos não recicláveis, que passou de 27,58% em 2024 para 12,24% em 2025.



No que se refere ao consumo de água nas embarcações, um levantamento realizado junto à frota permitiu identificar as principais fontes de consumo. Com base nesse diagnóstico, foram implementadas ações de conscientização nos pré-embarques, trazendo exemplos e discussões de boas práticas a bordo. Essas iniciativas resultaram em uma redução de 3,3% no consumo de água por tripulante, quando comparado ao índice em 2024.

Também como consequência da otimização dos recursos hídricos, obtivemos redução de 11,9% da geração de efluentes oleosos e efluentes sanitários por tripulante nas embarcações, quando comparado ao índice em 2024, reduzindo a sobrecarga dos sistemas de tratamento das embarcações, de fornecedores em terra, e de corpos receptores.

É importante destacar que a inspeção ambiental é um processo fundamental, realizado de forma periódica para a identificação de não conformidades relacionadas à gestão ambiental, subsidiando a definição de ações concretas e robustas que fortaleçam a sustentabilidade da OceanPact.

SUSTENTABILIDADE

Estratégia

A OceanPact compartilha seu compromisso com o desenvolvimento sustentável por meio da sua estratégia de sustentabilidade, que possui três áreas de atuação integradas:

- Cultura e Gestão de Sustentabilidade: eficiência e melhoria contínua de processos

Nosso olhar para dentro, focado na melhoria contínua das operações e na adoção das melhores práticas ASG (Ambiental, Social e Governança) para garantir a excelência operacional e inovação.

- Responsabilidade Social Corporativa: potencialização de impactos positivos

É o nosso olhar para fora, visando à promoção de uma rede sólida de parcerias estratégicas para potencializar os impactos socioambientais positivos e fortalecer a responsabilidade social da companhia.

- Novos Negócios Azuis: soluções alinhadas aos princípios da Economia Azul É o nosso olhar para o futuro, ligado ao fomento de novos negócios alinhados aos princípios da economia azul, sempre em sinergia com o ODS 14, que visa à conservação da vida marinha.



Essa estrutura evidencia que a gestão da sustentabilidade corporativa e o desenvolvimento de novos negócios são tratados de forma integrada. Os riscos ASG são analisados não apenas como desafios, mas também como oportunidades de novos negócios para impulsionar o crescimento e a inovação.

A OceanPact vem realizando investimentos estruturantes em tecnologias e em equipes especializadas voltadas às novas fronteiras da economia azul, incluindo operações remotas, embarcações autônomas, digitalização, soluções baseadas na natureza, biotecnologia azul, tecnologias de remoção de carbono marinho (mCDR) e combustíveis alternativos para o setor marítimo. Esses investimentos são estruturados por meio de suas unidades dedicadas à inovação, tecnologia e impacto — OceanPact Digital, OceanPact Tech e OceanImPact — responsáveis por desenvolver, testar e escalar soluções alinhadas a essa estratégia.

A companhia desenvolve novos negócios e projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em parceria com seus clientes, com o objetivo de se manter na vanguarda da transição para uma economia azul descarbonizada, alavancando seu saber-fazer operacional e sua reconhecida expertise em ecossistemas marinhos e em operações realizadas em ambientes sensíveis.

Nesse contexto, a OceanPact posiciona-se como uma organização com capacidade e expertise de atuar desde a gestão de riscos, a prevenção, a redução e a mitigação de impactos até o desenvolvimento de projetos nature-inclusive, orientados à maximização de benefícios regenerativos.

Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

Nosso inventário GEE engloba todas as nossas atividades, incluindo escritórios, embarcações, bases e demais projetos. Desde 2021, a OceanPact tem seu relatório de emissões auditado por uma terceira parte, tornando nosso processo mais refinado e eficiente e desde 2022, nos tornamos Selo Ouro do Programa Brasileiro do GHG Protocol, alcançando o maior nível de qualidade dos dados e transparência. Em nosso inventário de GEE de 2024* registramos as seguintes emissões:

- **Escopo 1 (emissões diretas): 47.206,24 tCO₂e**
- **Escopo 2 (emissões indiretas): 87,78 t tCO₂e**
- **Escopo 3 (emissões indiretas):**
 - Diesel das embarcações sob controle operacional do cliente: 124.043,02 tCO₂e
 - Demais categorias de escopo 3^{**}: 72.265,73 tCO₂e

*Nota: Os dados de 2025 de emissões GEE serão publicados no Relatório de Sustentabilidade 2025, assim como no registro público de emissões da FGV, passando a fazer parte do relatório da administração em 2026.

**Nota: Categorias de escopo 3 que são aplicáveis a organização e reportadas – Bens e Serviços comprados, Bens de capital, Atividades relacionadas com combustível e energia não incluídas nos Escopos 1 e 2, Transporte e distribuição (Upstream), Resíduos gerados nas operações, Viagens a negócios, emissões casa-trabalho e Bens arrendados (a organização como arrendadora).



No âmbito das iniciativas voltadas à redução das emissões GEE, a OceanPact, por meio de sua estrutura de governança climática, implementou em 2025 um projeto-piloto de descarbonização voltado ao uso de combustíveis alternativos, com a aplicação de HVO (“diesel verde”) em uma embarcação de apoio portuário. Desde 2024, a companhia também tem priorizado a utilização de energia de terra (shore power) durante períodos de obras e manutenção das embarcações, o que tem resultado na redução de emissões associadas à queima de combustíveis.

O uso de fontes mais sustentáveis de energia também já é realidade nas unidades terrestres. Em 2025, toda a eletricidade consumida no escritório-sede e na Base do Açu Logística foi proveniente de fontes renováveis, por meio do mercado livre de energia. Para 2026, entre os projetos previstos, está o desenvolvimento de um guia de melhores práticas operacionais voltado à eficiência energética e operacional das embarcações.

Essas medidas contribuem para o ganho de expertise em eficiência energética e para o fortalecimento do plano de descarbonização em vigor. Nosso objetivo é atuar de forma proativa nesse processo, tanto na identificação de fontes de emissão passíveis de eliminação quanto na busca por soluções que viabilizem a redução das nossas emissões.

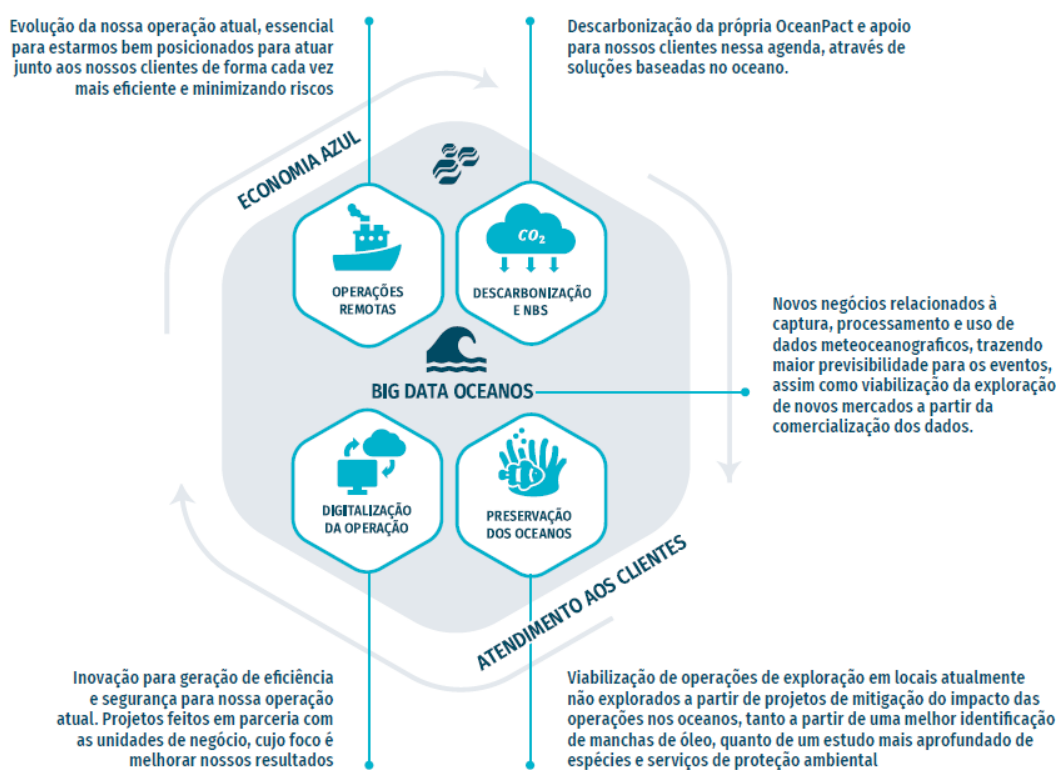
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A OceanPact se destaca por investir desde sua fundação em inovação como forma de diferenciação competitiva e estratégia para continuar competitiva e resiliente, mesmo em cenários de constantes mudanças. Sua visão é identificar, desenvolver e implementar tecnologias avançadas que reforcem a sustentabilidade e gerem novas receitas. Metas de curto prazo incluem lançar produtos, elevar a segurança e eficiência operacional e captar incentivos de P&D.

Quatro frentes estruturam o portfólio: — Digitalização da Operação, Operações Remotas, Descarbonização & NBS, e Big Data, todos alinhados a missão da Empresa de “Ajudar a sociedade e os nossos clientes a conhecer, usar e explorar o litoral, os oceanos e suas riquezas – garantindo sua PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO.” Supervisionado por um Comitê de Inovação que aplica funil de ideias, matriz de priorização e KPIs como taxa de inovação, ROI e time-to-market. Parcerias com universidades, startups e organismos multilaterais complementam o esforço, fomentando projetos de captura de carbono, conservação marinha e mudanças climáticas, enquanto uma cultura interna de criatividade transforma ideias em resultados para clientes e para os oceanos.

O tema envolve o desenvolvimento de soluções tecnológicas, a digitalização de processos, a pesquisa aplicada em oceanografia e transformação digital, além da criação de novos produtos que contribuem para a eficiência operacional e para a conservação do oceano. Nesse contexto, a área de Inovação atua tanto internamente – com foco em melhorias tecnológicas para nossas operações – quanto externamente – oferecendo soluções alinhadas às demandas do mercado. Além disso, a área busca integrar as tecnologias desenvolvidas pelos demais áreas da OceanPact com a missão de gerar um big data¹ do oceano, atuando como elo entre as equipes e promovendo uma agenda estruturada para acompanhar os projetos em execução e o desenvolvimento das iniciativas de cada departamento.

¹ Grande conjunto integrado de dados ambientais, operacionais e científicos relacionados ao ambiente marinho.



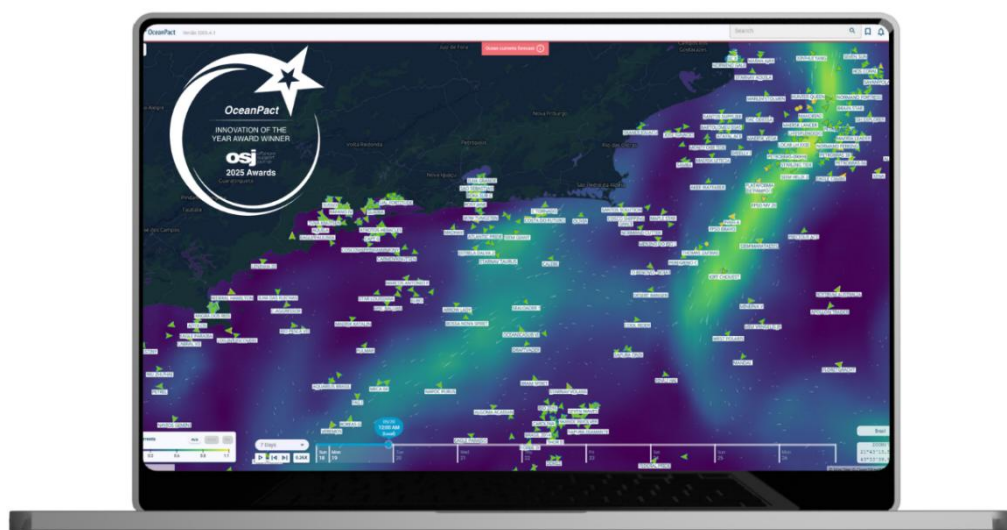
Nesse ano, a área de Inovação dedicou-se ao apoio e à gestão de mais de 20 iniciativas, das quais 6 foram projetos de pesquisa e desenvolvimento em parceria com operadores de petróleo, por meio de verbas de subvenção da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Além da atuação direta no desenvolvimento técnico de alguns desses projetos, a equipe da área prestou auxílio estratégico às demais áreas da OceanPact através da atuação dos núcleos de inteligência artificial, inteligência meteoceanográfica e do apoio ao mapeamento e submissão de oportunidades de fomento à inovação, buscando oportunidades de investimentos e incentivos fiscais, por meio de um processo de monitoramento de editais e chamadas públicas, e da participação em fóruns setoriais, como o Cluster Naval Tecnológico e grupos do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), que consolidam informações relevantes sobre tendências tecnológicas e regulatórias.

Em 2024, foi criada a OceanPact Tech, com a missão de acelerar o desenvolvimento de soluções voltadas à digitalização, automação e operação remota no ambiente marítimo, contribuindo para a redução de emissões, o aumento da segurança e a eficiência operacional. Instalada no Parque Tecnológico da COPPE/UFRJ, atua como um hub que conecta pesquisa aplicada, robótica e inovação, impulsionando a transformação tecnológica do setor.



Em 2025, a unidade estruturou processos, consolidou parcerias, executou seus primeiros projetos e firmou dois contratos operacionais relevantes: um voltado à pilotagem de drones embarcados e outro à operação de gliders, ampliando sua presença em tecnologias demandadas pela indústria offshore. Em paralelo, ampliou sua integração com áreas internas da OceanPact, apoiando tanto demandas específicas quanto iniciativas próprias de inovação. Ao mesmo tempo, vem consolidando competências em operação remota de ROVs e gliders, controle remoto de embarcações, integração de sensores e construção de boias de deriva e meteoceanográficas.

Desde 2022, trabalhamos no desenvolvimento de uma plataforma digital, o OceanPact Digital, criada originalmente para facilitar o acompanhamento das nossas operações marítimas e de resposta a emergências, consolidando dados de diferentes fontes em uma interface de inteligência oceanográfica, marítima e ambiental. Neste ano a plataforma se transformou em um produto comercial voltado para o setor de óleo e gás. Com isso, tornou-se uma nova unidade de negócios da OceanPact, com uma equipe própria dedicada à manutenção do sistema e ao desenvolvimento de novas funcionalidades, tanto para uso interno quanto para atender demandas do mercado. A plataforma teve reconhecimento do mercado, ao conquistar o prêmio no Offshore Support Journal (OSJ) Awards, na categoria Innovation of the Year 2025, sendo a primeira empresa brasileira a conquistar esta premiação.



No ano de 2025, A OceanPact foi destaque no World Energy Supply Chain Award – South America, principal reconhecimento da cadeia global de suprimentos promovido pelo Energy Industries Council (EIC). Conquistamos o prêmio máximo na categoria Inovação & Sustentabilidade.



Saúde e Segurança e Qualidade de Vida

A segurança dos nossos colaboradores é a prioridade máxima da nossa operação. Por isso, nosso mapeamento e análise de risco considera primordial a prevenção de acidentes e a constante manutenção dos processos de segurança. Isso se dá por meio do desenvolvimento das lideranças nas competências em saúde e segurança, da gestão de riscos dos negócios e operacionais, da manutenção da integridade dos ativos, dos simulados de emergências, das auditorias operacionais e das investigações de incidentes.

A qualidade de vida dos colaboradores e a promoção de um ambiente de trabalho saudável é uma das prioridades da nossa gestão. Por isso, buscamos trazer programas que incentivem a saúde e o bem-estar para a nossa rotina, proporcionando um ambiente cada vez mais acolhedor. Parte disso é o P.A.U.S.A – Programa de Ação Unificada pela Saúde - uma iniciativa interna executada pela área de Saúde.

Em 2025, o Programa P.A.U.S.A, promoveu pausas ativas durante a jornada de trabalho com o intuito de aumentar a produtividade, reduzir o esgotamento e aumentar o bem-estar dos colaboradores. O programa de pausas ativas está disponível para todos os colaboradores na sede do grupo, tendo resultados expressivos como um alto nível de engajamento e percepção de benefício. As pausas ativas continuarão atendendo todas as nossas bases com intuito de manter a aptidão física e mental na prontidão ao atendimento de emergências.

O Programa P.A.U.S.A. também promoveu o Grupo de Trilhas e Caminhadas, contando com 77 participantes em 3 eventos ao longo de 2025. Além disso, o programa ampliou sua atuação, passando a contar com apoio especializado aos colaboradores portadores de doenças crônicas e às gestantes. A Central de Saúde OceanPact, que faz parte do Programa P.A.U.S.A., oferece assistência social e apoio emocional para seus colaboradores e dependentes 24 horas por dia e 7 dias por semana e contabilizou 628 atendimentos ao longo do ano de 2025.

Ainda dentro do Programa P.A.U.S.A., em conjunto com a diretoria de sustentabilidade, foram promovidas ações sociais com a participação direta dos colaboradores que, através de gamificação, transformaram atividades físicas em pontos convertidos em doações para instituições que atendem crianças e adultos em situação de vulnerabilidade.

Anticorrupção

A OceanPact atua em cumprimento à legislação brasileira e internacional e tem especial atenção às leis antissuborno e anticorrupção. Nosso posicionamento inegociável sobre o assunto está detalhado na nossa Política Anticorrupção e Antissuborno, disponível em nosso site e na intranet.



Somos uma das companhias pioneiras no Brasil, no setor de apoio marítimo, a receber a certificação ISO 37001, selo internacional que atesta o cumprimento das diretrizes de gestão para prevenir, identificar e tratar casos de suborno. A certificação aumenta o nível de confiança dos stakeholders na Companhia, pois demonstra que há uma gestão direcionada para o combate à corrupção e ao suborno em todas as esferas.

Desde a criação do Programa de Integridade (2018), a Companhia oferece vários treinamentos de Compliance ao longo do ano, dentre os quais podemos listar:

- a) **Específicos para Alta Administração:** os temas para a alta administração são escolhidos cuidadosamente pela equipe de Compliance e abrangem, por exemplo, combate aos assédios sexual e moral, conflito de interesses, política de não retaliação, dentre outros;
- b) **Pré-embarque:** a cada ciclo de embarque dos marítimos a área de Compliance comparece aos pré-embarques para treinar os colaboradores sobre o Programa de Integridade, bem como para levar temas específicos destinados para esse público;
- c) **Anual:** a cada ano é realizado um treinamento completo destinado a 100% dos colaboradores, onde são realizadas dinâmicas para averiguar a aderência ao Programa, bem como elucidação sobre toda temática que envolve o Compliance – incluindo o processo de investigação;
- d) **Específicos de riscos antissuborno:** esse treinamento é destinado aos colaboradores que estão sujeitos a um risco de suborno maior que baixo. A partir do resultado do estudo de riscos, são verificadas as áreas que estão sujeitas a risco de suborno e elegidos os colaboradores que devem se submeter ao estudo;
- e) **Ambientação:** todo novo colaborador deve – obrigatoriamente – realizar a ambientação de Compliance antes de iniciar suas atividades. O ambiente deste treinamento específico é através da plataforma de ensino à distância para facilitar o acesso e a realização do curso; e para fornecedores e parceiros: anualmente a Companhia realiza treinamento com seus fornecedores e parceiros de negócio, o qual aborda temas sobre combate à corrupção e suborno, comportamento ética, sobre seu Programa de Integridade, bem como incentivar a denúncia em caso de irregularidades ou desvios de ética.

Como parte da estratégia de comunicação para disseminar o canal de denúncias, a Companhia incluiu a referência na página inicial do sítio eletrônico, fixou adesivos em embarcações e bases portuárias, bem como disponibiliza cards de indicação do Canal de Denúncia nas TVs das copas.

No ano de 2025, foram treinados cerca de 2.106 colaboradores. Como parte da estratégia de comunicação para disseminar o canal de denúncias e incentivar a comunicação de irregularidades, a Companhia incluiu a referência na página inicial do sítio eletrônico, fixou adesivos em embarcações e bases portuárias, bem como disponibiliza cards de indicação do Canal de Denúncia nas TVs das copas.



Recursos Humanos

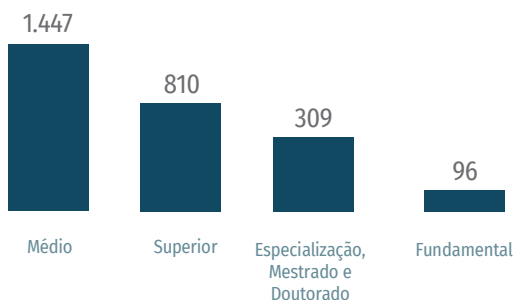
Encerramos o ano de 2025 com 2.662 colaboradores ativos, um aumento de 23% em relação ao ano de 2024. Desse total de colaboradores ativos, 558 são mulheres (21%) e 2.104 são homens (79%).

Perfil dos Nossos Colaboradores

Headcount 2025



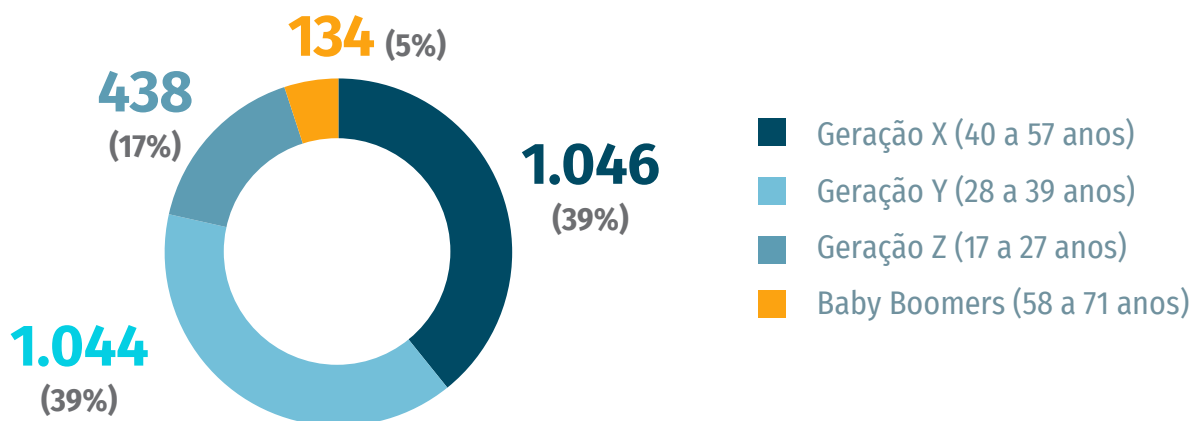
Formação



Cor / Etnia

Amarela	26
Branca	1.328
Indígena	2
Não declarado	27
Parda	999
Preta / Negra	280
Total	2.662

Geração



Colaboradores PcD



Gênero



Distribuição Geográfica dos Nossos Colaboradores

Região	Colaboradores
Sudeste	2.611
Rio de Janeiro	2.590
São Paulo	21
Nordeste	51
Maranhão	51
Total	2.662



Diversidade e Inclusão

A agenda de diversidade e inclusão (D&I) no ambiente corporativo é fundamental e imprescindível para mitigar os efeitos da desigualdade social. Assim, conforme recomendado em nosso Código de Ética e Conduta, devemos promover e desenvolver igualmente todos os colaboradores da empresa, independentemente de seu gênero, cor, raça, religião, idade, limitação e/ou deficiências físicas, orientações sexuais, nacionalidade, opinião política e afiliação sindical.

Portanto, para isso, buscamos priorizar, planejar e executar cada vez mais iniciativas. Assim, são indispensáveis de destacar algumas das ações realizadas em 2025, como:

- Programa de Impulsionamento à Liderança Feminina - focado em criar e fortalecer conexões entre colaboradoras, fomenta uma comunidade de troca e preparação para oportunidades futuras. As atividades abordam temas relevantes para o crescimento conjunto e o desenvolvimento de uma comunidade integrada dentro da organização;
- Estratégia estruturada de atração e seleção de profissionais com deficiência (PcD), com a condução de processos seletivos exclusivos, divulgação de vagas afirmativas, dinâmicas de grupo quinzenais adaptadas e etapas de seleção inclusivas;
- Estratégia de retenção de profissionais PcD, por meio do mapeamento de colaboradores com bom desempenho nos ciclos de avaliação, incentivando a valorização por mérito e a promoção interna, contribuindo diretamente para a redução da rotatividade;
- Resultados expressivos de contratação em diversidade e inclusão em 2025, com a duplicação do número de profissionais PcD contratados pela companhia e o registro do menor índice de turnover desse público nos últimos cinco anos;
- Realização das Rodas de Conversa “Nada sobre nós, sem nós”, promovendo reflexões sobre inclusão, acessibilidade e os desafios enfrentados por pessoas com deficiência no ambiente corporativo, com a participação do Chen Cheng (Gerente de Operações Portuárias);
- Início do projeto de acessibilidade no escritório da sede, a partir de um diagnóstico técnico detalhado conduzido por arquiteta independente, com apoio da ONG parceira Incluir Petrópolis. Com base no levantamento, foram iniciadas adequações físicas alinhadas às normas técnicas, incluindo reposicionamento de móveis e equipamentos, instalação de estações de trabalho adaptadas, ajustes em mesas, sinalizações e outras intervenções voltadas à promoção de um ambiente mais acessível e inclusivo.

Dentro dessa ótica, pudemos constatar avanços na inclusão de mulheres em cargos de liderança, saindo de 94 mulheres líderes em 2024 para 101 em 2025. Além disso, é importante ressaltar que, aproximadamente, 38% de nosso quadro administrativo é composto por mulheres, traduzindo a importância dada pela companhia à pauta.





Anexos

ANEXO I – Abertura dos Resultados por Segmento

Resultados por segmento (R\$ milhões, exceto %)	Embarcações			Serviços			Eliminações			Consolidado		
	2025	2024	% VAR	2025	2024	% VAR	2025	2024	% VAR	2025	2024	% VAR
Receita líquida	1.326	1.111	19%	833	613	36%	(25)	(3)	796%	2.134	1.721	24%
Custo dos serviços	(1.092)	(913)	20%	(493)	(349)	41%	25	3	796%	(1.560)	(1.259)	24%
Lucro bruto	234	198	18%	340	264	29%	-	-	NA	574	462	24%
Margem bruta	18%	18%	0 pp	41%	43%	-2 pp	0%	0%	0 pp	27%	27%	0 pp
SG&A	(147)	(116)	27%	(104)	(75)	40%	-	-	NA	(251)	(191)	32%
Outras operacionais	7	8	NA	(1)	1	NA	-	-	NA	6	8	NA
EBIT	94	89	6%	234	190	23%	-	-	NA	328	280	17%
Depreciação	278	226	23%	46	33	40%	-	-	NA	324	259	25%
EBITDA	372	315	18%	280	223	26%	-	-	NA	652	538	21%
Margem EBITDA	28%	28%	0 pp	34%	36%	-3 pp	0%	0%	0 pp	31%	31%	-1 pp
Ajustes de EBITDA	3	(8)	NA	1	-	NA	-	-	NA	4	(8)	NA
EBITDA ajustado	375	308	22%	281	223	26%	-	-	NA	656	531	24%
Mg. EBITDA Ajustado	28%	28%	1 pp	34%	36%	-3 pp	0%	0%	0 pp	31%	31%	0 pp



OceanPact

Relações
com Investidores

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	696.563	515.103	584.856	429.749
Títulos e valores mobiliários	5	16.096	18.609	11.882	14.443
Clientes	6	421.203	354.692	319.910	277.134
Estoques		10.447	5.024	9.708	2.712
Dividendos a receber		-	-	5.200	16.986
Tributos a recuperar	7	70.365	79.739	45.027	51.068
Retenções contratuais	8	41.979	14.413	35.159	2.141
Outros valores a receber	11	42.335	34.032	37.232	25.092
Total do ativo circulante		1.298.989	1.021.612	1.048.973	819.325
Títulos e valores mobiliários	5	7.633	10.017	-	1.390
Depósitos judiciais	9	6.485	7.115	6.014	6.795
Tributos diferidos	10	167.691	162.499	72.171	77.757
Retenções contratuais	8	30.353	40.411	22.872	37.425
Outros valores a receber	11	2.407	3.454	7.931	8.386
Investimentos	12	2.454	-	1.396.324	1.293.967
Direito de uso	13	133.000	27.196	158.832	117.281
Imobilizado	14	1.802.323	1.742.640	570.581	470.768
Intangível	15	26.319	16.539	20.087	13.080
Total do ativo não circulante		2.178.666	2.009.871	2.254.813	2.026.849
Total do ativo		3.477.655	3.031.483	3.303.786	2.846.174
PASSIVO	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações com pessoal	16	118.771	94.530	84.453	69.501
Fornecedores	17	134.863	103.375	122.307	65.495
Empréstimos e financiamentos	18.1	74.457	111.421	48.967	73.579
Debêntures	18.2	73.831	159.789	73.831	159.789
Credor por financiamento		1.925	5.418	1.922	2.058
Arrendamento mercantil	19	31.451	2.775	127.109	66.231
Tributos a recolher	20	36.249	31.113	24.887	22.919
Dividendos a Pagar	24.3	4.844	-	4.844	-
Outras obrigações	21	24.432	45.642	18.830	34.806
Total do passivo circulante		500.824	554.063	507.148	494.378
Obrigações com pessoal	16	18.121	4.662	18.121	4.662
Empréstimos e financiamentos	18.1	617.462	338.561	485.801	161.708
Debêntures	18.2	1.173.247	1.058.998	1.173.247	1.058.998
Credor por financiamento		2.851	4.772	2.851	4.772
Arrendamento mercantil	19	113.223	26.964	74.611	87.011
Empréstimos de partes relacionadas	23	-	-	19.365	32.095
Tributos a recolher	20	12.184	11.151	5.255	4.843
Tributos diferidos	10	105	1.454	-	-
Passivo a descoberto		3	4	3	-
Outras obrigações	21	20.003	30.359	1.933	2.680
Provisão para riscos	22	6.170	6.227	1.328	759
Total do passivo não circulante		1.963.370	1.483.152	1.782.515	1.357.528
Capital social	24.1	803.663	803.663	803.663	803.663
Ações em tesouraria e plano de ações	24.6	12.455	700	12.455	700
Reservas de capital	24.2	86.638	88.443	86.638	88.443
Reservas de lucros	24.3	1.020	-	1.020	-
Dividendos propostos	24.3	14.532	-	14.532	-
Prejuízos acumulados	24.3	-	(85.094)	-	(85.094)
Outros resultados abrangentes	24.5	95.816	186.556	95.816	186.556
PL antes da participação de não controladores		1.014.122	994.268	1.014.122	994.268
Participação de não controladores		(661)	-	-	-
Total do patrimônio líquido		1.013.462	994.268	1.014.122	994.268
Total do passivo e patrimônio líquido		3.477.655	3.031.483	3.303.786	2.846.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	25	2.133.917	1.721.058	1.604.142	1.321.359
Custo dos serviços	27	(1.560.126)	(1.259.143)	(1.092.635)	(880.275)
Lucro bruto		573.791	461.915	511.507	441.084
Despesas gerais e administrativas	27	(251.315)	(190.563)	(195.400)	(137.120)
Equivalência patrimonial	12.1	-	-	37.356	(58.557)
Outras receitas e despesas operacionais	28	5.948	8.159	2.677	(13.735)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		328.424	279.511	356.140	231.672
Receitas financeiras	29	65.369	36.725	54.277	27.478
Despesas financeiras	29	(281.858)	(201.891)	(286.753)	(210.602)
Variações cambiais, líquidas	29	30.165	(102.819)	13.835	(38.139)
Resultado financeiro		(186.324)	(267.985)	(218.641)	(221.263)
Lucro antes dos impostos		142.100	11.526	137.499	10.409
Imposto de renda e contribuição social corrente	30	(37.318)	(19.000)	(22.395)	(11.168)
Imposto de renda e contribuição social diferido	30	693	(8.124)	(9.615)	(14.838)
Tributos sobre o lucro		(36.625)	(27.124)	(32.010)	(26.006)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		105.476	(15.598)	105.489	(15.598)
Atribuível aos controladores		105.489	-	-	-
Atribuível aos não controladores		(14)	-	-	-
Resultado básico por ação (em R\$)	24.4	0,5310	(0,0786)	0,5310	(0,0786)
Resultado diluído por ação (em R\$)	24.4	0,5294	(0,0779)	0,5294	(0,0779)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Lucro (Prejuízo) do exercício		105.476	(15.598)	105.489	(15.598)
Efeitos cambiais sobre conversão de investimento no exterior	24.5	(90.740)	220.108	(90.740)	220.108
Resultado com instrumentos financeiros designados como "hedge accounting"		-	(1.306)	-	(1.306)
Tributos diferidos sobre "hedge"		-	444	-	444
Resultado abrangente do exercício		14.736	203.648	14.749	203.648
Atribuível aos controladores		14.749	-	-	-
Atribuível aos não controladores		(14)	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital Social	Ações em Tesouraria e Plano de ações	Reserva de capital de ágio	Reserva de Lucros	Dividendos Propostos	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total (controladora)	Participação de não controladores	Total (consolidado)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		803.663	(339)	87.231	-	-	(69.496)	(32.690)	788.369	-	788.369
Concessão de ações	24.6	-	1.039	-	-	-	-	-	1.039	-	1.039
Ágio na concessão de ações	24.2	-	-	1.212	-	-	-	-	1.212	-	1.212
Prejuízo do exercício	24.3	-	-	-	-	-	(15.598)	-	(15.598)	-	(15.598)
Outros resultados abrangentes	24.5	-	-	-	-	-	-	219.246	219.246	-	219.246
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		803.663	700	88.443	-	-	(85.093)	186.556	994.268	-	994.268
Concessão de ações	24.6	-	11.755	-	-	-	-	-	11.755	-	11.755
Ágio na concessão de ações	24.2	-	-	(3.365)	-	-	-	-	(3.365)	-	(3.365)
Plano de opções de ações		-	-	1.560	-	-	-	-	1.560	-	1.560
Lucro do exercício	24.3	-	-	-	-	-	105.489	-	105.489	-	105.489
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(661)	(661)
Destinação para reserva legal	24.3	-	-	-	1.020	-	(1.020)	-	-	-	-
Dividendos propostos	24.3	-	-	-	-	14.532	(14.532)	-	-	-	-
Dividendos a pagar	24.3	-	-	-	-	-	(4.844)	-	(4.844)	-	(4.844)
Outros resultados abrangentes	24.5	-	-	-	-	-	-	(90.740)	(90.740)	-	(90.740)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		803.663	12.455	86.638	1.020	14.532	-	95.816	1.014.123	(661)	1.013.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro do exercício		105.489	(15.598)	105.489	(15.598)
Ajustados por:					
Depreciação e amortização	26	324.022	259.386	196.266	132.517
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	29	36.625	27.124	32.010	26.006
Resultado de equivalência patrimonial	11.1	-	-	(37.356)	58.558
Resultado financeiro, líquido		233.818	272.145	259.553	227.918
Provisão (reversão) para riscos	21	(57)	(22.734)	569	(196)
Perda (ganho) na baixa de imobilizado	27	877	(2.276)	147	(2.289)
Provisão para multas contratuais		(15.645)	(13.720)	(5.927)	423
Provisão (reversão) para perda de créditos esperada	6	9.908	556	10.834	593
Provisão para concessões de ações e opções (planos ILP)	16 e 24.6	27.452	7.907	27.452	7.907
Provisão para bônus e PLR		36.915	26.701	26.917	20.880
Outros ajustes ao lucro		(1.164)	6.622	(719)	5.353
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Clientes	6	(76.419)	(14.132)	(53.610)	(16.748)
Estoque		(5.423)	(82)	(6.996)	493
Tributos a recuperar	7	9.374	(20.299)	6.041	(30.142)
Depósitos judiciais	8	630	(450)	781	(933)
Retenções contratuais		(17.508)	-	(18.465)	-
Outros valores a receber	10	(9.061)	(11.796)	(11.685)	(5.454)
Obrigações com pessoal	15	(26.667)	(44.703)	(25.958)	(29.352)
Fornecedores	16	31.488	(20.757)	56.812	(17.006)
Tributos a recolher	19	(19.689)	(13.267)	(15.342)	(11.766)
Outras obrigações	20	(19.305)	16.300	(29.877)	9.909
Caixa gerado pelas operações		625.661	436.926	516.937	361.073
Juros pagos - empréstimos e financiamentos e debêntures	17	(206.127)	(161.530)	(199.986)	(153.934)
Juros pagos - arrendamentos	17	(7.511)	(5.190)	(23.187)	(20.933)
IRPJ e CSLL pagos		(11.460)	(11.585)	(4.672)	(5.523)
Juros recebidos de clientes		859	-	345	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		401.422	258.621	289.437	180.683
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aporte de capital investidas	12	-	-	(168.806)	(98.376)
Empréstimos liquidados pelas partes relacionadas		-	-	-	(9.200)
Aplicações/Resgate em títulos e valores mobiliários		10.174	20.846	8.497	23.924
Recebimento de dividendos (*)	12	-	-	15.200	-
Aquisição de ativos fixos e intangível	13 e 14	(480.119)	(400.841)	(228.422)	(219.957)
Aquisição de investimentos	12.1	(5.890)	-	-	-
Caixa recebido na aquisição de investimento	12.1	411	-	-	-
Caixa recebido na venda de imobilizado		-	9.034	-	9.034
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(475.424)	(370.961)	(373.530)	(294.575)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures (líquido dos custos de emissões)	17	869.262	946.437	869.262	946.437
Recuperação de ações		-	(7.789)	-	(7.789)
Pagamentos de empréstimos, debêntures e financiamentos	17	(600.804)	(513.696)	(560.947)	(488.978)
Pagamentos de arrendamentos	18	(10.465)	(18.351)	(69.115)	(43.798)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		257.993	406.601	239.200	405.872
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		(2.530)	6.555	-	-
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		181.461	300.816	155.107	291.980
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial		515.103	214.287	429.749	137.769
Saldo final		696.564	515.103	584.856	429.749
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		181.461	300.816	155.107	291.980

(*) A companhia classifica dividendos recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimentos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS		2.412.963	1.945.067	1.805.080	1.480.536
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	25	2.399.662	1.929.740	1.798.088	1.478.840
Outras receitas		13.076	15.883	7.142	2.289
Provisão/reversão para perda de créditos esperada	6	225	(556)	(150)	(593)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(696.459)	(561.305)	(430.970)	(353.409)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(283.205)	(243.846)	(171.526)	(143.241)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(413.254)	(317.459)	(259.444)	(210.168)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.716.504	1.383.762	1.374.111	1.127.127
Depreciação, amortização e exaustão	27	(324.022)	(259.952)	(196.266)	(130.598)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.392.482	1.123.810	1.177.845	996.529
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		142.982	61.784	131.406	(17.140)
Resultado de equivalência patrimonial	12.1	-	-	37.356	(58.557)
Receitas financeiras	29	142.982	61.784	94.049	41.417
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.535.464	1.185.594	1.309.250	979.389
Pessoal	27	647.224	513.659	447.085	363.718
– Remuneração direta		505.755	403.436	348.978	284.492
– Benefícios		104.914	80.737	72.995	58.314
– F.G.T.S		36.555	29.486	25.112	20.912
Impostos, taxas e contribuições		351.550	284.016	261.749	222.945
– Federais		315.134	256.156	233.924	200.795
– Municipais		36.416	27.860	27.826	22.150
Remuneração de capitais de terceiros		431.214	403.517	494.928	408.324
– Juros		264.577	188.225	274.558	200.739
– Aluguéis	27	94.779	66.005	177.770	129.617
– Variação Cambial	29	47.448	127.878	25.937	52.078
– Outras		24.410	21.409	16.663	25.890
Remuneração de Capitais Próprios		105.476	(15.598)	105.489	(15.598)
– Lucros retidos		105.476	(15.598)	105.489	(15.598)
Atribuível aos controladores		105.489	-	-	-
Atribuível aos não controladores		(14)	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.535.464	1.185.594	1.309.250	979.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A OceanPact Serviços Marítimos S.A. (“Companhia”, e, em conjunto com suas controladas, “OceanPact”) é uma sociedade anônima de capital aberto que foi constituída em 21 de setembro de 2007, com sede no Rio de Janeiro – RJ, que tem suas ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo – B3 S.A. sob o código OPCT3.

A OceanPact é uma das principais prestadoras de serviços em ambiente marinho do Brasil, oferecendo serviços para estudo, proteção, monitoramento e uso sustentável do mar, do litoral e dos recursos marinhos, principalmente no setor de óleo e gás, e em diversos outros setores da economia, como portuário, navegação, mineração, energia e telecomunicações. Com grandes inventários de equipamentos de prevenção e combate a derramamentos no mar e de coleta de dados oceanográficos, a OceanPact possui atualmente uma frota de 28 embarcações e 11 ROV’s (Remotely Operated Vehicles) da categoria work class, capaz de atender as mais diversas demandas de seus clientes. As operações da OceanPact são divididas em dois segmentos denominados (i) Embarcações, e (ii) Serviços, compreendendo três áreas de atuação, quais sejam:

- (i) Ambiental, que inclui serviços de proteção ambiental, levantamentos oceanográficos, licenciamentos e estudos ambientais, segurança operacional e remediação ambiental.
- (ii) Subsea, que inclui serviços de geofísica, geotecnia, inspeção, reparo e manutenção, suporte à construção e descomissionamento.
- (iii) Logística e Engenharia, que inclui serviços de logística marítima, bases de apoio offshore, engenharia portuária e costeira.

A Companhia e algumas de suas investidas estão sujeitas à regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e cumpre com os requerimentos operacionais aplicáveis.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 04 de março de 2026.

2.2. Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e dos valores justos alocados nas combinações de negócios. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.4. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas revisadas apresentadas a seguir passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 e, portanto, estão sendo adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A adoção dessas alterações de normas não resultou impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatária, apresentadas a seguir.

Norma ou interpretação	Descrição
IFRS 18	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.
IFRS 19	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível a prover divulgações reduzidas quando aplicar as IFRS Accounting Standards em suas demonstrações financeiras.
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Não é esperado que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros, com exceção da nova norma emitida pelo IASB publicada no dia 9 de abril de 2024, IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, que irá substituir o CPC 26 (R1)/IAS 1. Essa norma será obrigatória a partir de janeiro de 2027 e a Companhia iniciou ao longo do ano de 2025, os estudos para adaptação à norma, bem como as análises dos impactos para os próximos fechamentos. A Companhia não espera que a IFRS 19 seja aplicada para fins das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

2.5. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras da Companhia refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas (“subsidiárias”). Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Denominação	31/12/25			31/12/24		
	Tipo	% Participação		Tipo	% Participação	
	Investimento	Direta	Indireta	Investimento	Direta	Indireta
1. EnvironPact Consultoria	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
1.1. EnvironPact Sustentab.	controle indireto	26%	74%	controle indireto	26%	74%
1.1.1 AIUKA (b)	controle indireto	-	95%	-	-	-
2. OceanPact Navegação	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
3. Maráú	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
4. OceanPact Geociências	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
5. OML	controle indireto	50%	50%	controle indireto	50%	50%
6. OceanPact Netherlands	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
7. OceanPact International	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
7.1. Cod Hole	controle indireto	-	99%	controle indireto	-	99%
7.2. OPTN	controle indireto	-	100%	controle direto	-	100%
8. OceanPact Mexico	controle conjunto	50%	-	controle conjunto	50%	-
9. SLI	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
10. OceanPact Logística	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
11. UP Apoio (a)	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
12. Agriex (a)	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
13. OceanPact Tech (c)	controle direto	88,5%	-	-	-	-

(a) Determinadas em conjunto como Grupo UP.

(b) Adquirida em janeiro de 2025, com participação minoritária de 5% da principal executiva e fundadora. A Aiuká, tem por objeto social o resgate e reabilitação de fauna em vazamentos de óleo e outras emergências.

(c) Nova subsidiária constituída e entrando em operação em janeiro de 2025, com participação minoritária de 11,5% do capital destinado ao seu principal executivo. A OceanPact Tech, tem por objeto social a prestação de serviços de engenharia e operações remotas.

Em 02 de janeiro de 2026, a Companhia concluiu uma reorganização societária, incorporando as controladas EnvironPact Consultoria e EnvironPact Sustentabilidade na SLI, a qual passou a sucedê-las integralmente em seus ativos, passivos, direitos e obrigações, nos termos da legislação societária aplicável.

2.6. Moedas funcionais e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e de suas controladas no Brasil é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As moedas funcionais das controladas diretas que atuam em ambiente econômico internacional estão apresentadas no quadro abaixo.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis, equivalente à norma internacional IAS 21.

Moedas funcionais das investidas da Companhia

Empresa	Moeda funcional
OceanPact Netherlands	Dólar americano
OceanPact International	Dólar americano
Cod Hole	Dólar americano
OceanPact Technology Norway ("OPTN")	Coroa norueguesa
OceanPact Maritime Ltd. ("OML")	Dólar americano
OceanPact Mexico	Peso mexicano

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis materiais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	2.711	849	133	770
Caixa e bancos (moeda estrangeira)	28.955	17.575	29	1
Aplicações financeiras (*)	664.897	496.679	584.694	428.978
Total	696.563	515.103	584.856	429.749

(*) Aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata compostas por Certificados de Depósitos Bancários – CDB pós-fixados, com rendimento médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de 100% do CDI na controladora e no consolidado (no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 100% do CDI para fins de controladora e 101% consolidado).

Política contábil

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Garantia BNDES – Banco Itaú (a)	10.177	11.502	-	-
Garantia CEF	-	2.800	-	2.800
Projetos de PD&I – Banco Itaú (b)	13.552	14.324	11.882	13.023
Total	23.729	28.626	11.882	15.823
Circulante	16.096	18.609	11.882	14.443
Não Circulante	7.633	10.017	-	1.390

As aplicações financeiras da Companhia classificadas como títulos e valores mobiliários tem o mesmo lastro e patamar de retorno das aplicações financeiras da Companhia:

- (a) A garantia firmada com o BNDES representa a exigência de manutenção de valor correspondente a no mínimo quatro meses da dívida da controlada OceanPact Navegação, incluindo principal e juros, em conta centralizadora.
- (b) Os recursos referem-se a acordos de parceria com os clientes Karoon, Qatar e Petrobras para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

Para maiores informações acerca dos financiamentos aqui mencionados, verificar nota explicativa nº 18.1.

6. CLIENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cientes a vencer	416.448	349.029	310.995	267.685
Cientes vencidos	23.916	14.916	22.174	13.786
Partes Relacionadas (nota nº 23)	-	-	5.897	3.985
Provisão para perda	(19.161)	(9.253)	(19.156)	(8.322)
Total	421.203	354.692	319.910	277.134

Os saldos vencidos em 31 de dezembro de 2025 possuem a composição apresentada a seguir, por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Até 90 dias	16.119	4.188	14.403	4.122
De 91 a 360 dias	105	2.024	91	1.781
Mais de 360 dias	7.691	8.704	7.680	7.883
Total saldos vencidos	23.916	14.916	22.174	13.786

A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31/12/23	8.624	7.410
Provisões	1.224	1.224
Reversões por baixa	(668)	(631)
Saldo em 31/12/24	9.253	8.322
Provisões	12.887	12.871
Reversões por baixa	(2.979)	(2.037)
Saldo em 31/12/25	19.161	19.156

Em dezembro de 2025, a Companhia reconheceu uma provisão para devedores duvidosos no montante de R\$ 12,5 milhões, em função do pedido de medida de proteção judicial junto a credores apresentado por um determinado cliente, o que elevou o risco de não realização do crédito. Esse saldo encontra-se vencido a menos de noventa dias.

Política contábil

O contas a receber é registrado pelo valor dos serviços prestados, incluindo os respectivos tributos diretos de responsabilidade da Companhia e suas controladas, menos os tributos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários (quando aplicável).

Estimativas e premissas contábeis significativas

Cálculo da provisão para perdas – Ao calcular as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas utilizam informações futuras consideradas razoáveis e sustentáveis, baseadas em premissas sobre a evolução de diferentes fatores econômicos e sobre como esses fatores podem interagir entre si.

A provisão para perdas é uma estimativa decorrente da inadimplência de pagamentos. Ela corresponde à diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os que o credor espera receber, considerando os fluxos de caixa das garantias e eventuais melhorias de crédito.

Aumento significativo no risco de crédito impacta a perda de crédito esperada. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, a Companhia e suas controladas levam em consideração informações acerca do futuro qualitativas e quantitativas razoáveis e comprováveis.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL (a)	61.327	69.121	39.812	45.302
PIS e COFINS a recuperar	3.456	4.289	1.419	1.898
Tributos retidos por clientes (b)	4.831	5.002	3.634	3.689
Outros tributos a recuperar	751	1.327	162	179
Total	70.365	79.739	45.027	51.068

- (a) Os saldos de IRPJ e CSLL, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se, principalmente, a saldos negativos de impostos, compostos por valores retidos na fonte de clientes, e que deverão ser compensados no decorrer dos próximos meses.
- (b) Tributos retidos por terceiros compreendem, principalmente a ISS e INSS retido por terceiros quando da contratação para prestação de serviços.

8. RETENÇÕES CONTRATUAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Retenções contratuais - Circulante	41.979	14.413	35.159	2.141
Retenções contratuais – Não Circulante	30.353	40.411	22.872	37.425
Total	72.332	54.824	58.031	39.566

Os saldos registrados em retenções contratuais referem-se a valores retidos por clientes, conforme previsto em determinados contratos, como garantia para eventuais intercorrências ou descumprimentos de obrigações trabalhistas pela Companhia. Decorrido o prazo contratual e na ausência de tais eventos, os valores retidos serão integralmente restituídos à Companhia, corrigidos pelo CDI.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Processos trabalhistas/cíveis	5.994	4.370	5.523	4.050
Processos tributários	491	2.745	491	2.745
Total	6.485	7.115	6.014	6.795

Além do saldo apresentado acima, a Companhia possui R\$ 30.064 de garantias para processos judiciais referentes a discussão sobre o recolhimento de ISS. Esse montante é apresentado líquido da contrapartida de um passivo no mesmo valor, na rubrica ISS a recolher. Após a aquisição do Grupo UP, com base no entendimento pacífico dos tribunais quanto a não incidência de ISS nos contratos de afretamento celebrados pelas empresas brasileiras de navegação, a Companhia deixou de emitir notas fiscais para cobrar o afretamento, e conseqüentemente não segue acumulando esse imposto a recolher e o respectivo depósito judicial. A Companhia segue atuando junto aos advogados nesse processo e aguarda desfecho favorável do processo judicial para que possa levantar os valores depositados.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributos diferidos ativos				
Imposto de renda	119.664	116.159	51.325	55.679
Contribuição social	46.822	45.190	19.658	20.937
Outros tributos (*)	1.205	1.150	1.188	1.140
Total	167.691	162.499	72.171	77.757
Tributos diferidos passivos				
Imposto de renda	105	1.454	-	-
Total	105	1.454	-	-

(*) Referente a PIS e COFINS sobre a amortização e juros dos arrendamentos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos acumulados no ativo e passivo são compostos conforme apresentado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Variação cambial líquida (*)	52.422	65.644	3.841	10.212
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	69.275	52.047	11.238	22.841
Provisões	49.561	43.809	39.644	28.980
Valor justo mais valia	(6.248)	(8.940)	4.782	1.992
Menos valia - Investimentos	(2.888)	-	(2.888)	-
Arrendamento mercantil	22.250	22.948	16.160	13.872
Depreciação acelerada para fins fiscais	(21.124)	(17.955)	-	-
Ganho por compra vantajosa	(1.763)	(1.219)	(1.763)	(1.219)
Outros efeitos pulverizados	4.896	3.561	(31)	(62)
IRPJ e CSLL diferidos ativo (passivo), líquido	166.381	159.895	70.983	76.616

(*) Refere-se à variação cambial tributada pelo regime caixa.

Com base na expectativa de realização efetuada pela Administração, os tributos diferidos ativos reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 na controladora e no consolidado, serão realizados conforme demonstrado a seguir:

Ano	Consolidado	Controladora
2026	103.116	64.025
2027	17.647	1.156
2028	18.221	1.156
Após 2029	27.398	4.646
Total IRPJ e CSLL diferidos ativo líquido	166.381	70.983

O total consolidado de impostos fiscais diferidos provenientes de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social é apresentado abaixo:

	Saldos de impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		Reconhecido de impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
OceanPact Serviços	11.238	22.841	11.238	22.841
Grupo UP	39.416	39.700	39.416	29.206
OceanPact Geociências	33.494	15.997	-	-
SLI	8.958	8.448	8.958	-
Maraú	9.045	9.141	9.045	-
OceanPact Logística	487	418	-	-
Aiuká	618	-	618	-
Total	103.256	96.545	69.275	52.047

Ao longo do exercício, na melhor avaliação das projeções de resultados, a Companhia reconheceu o imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSLL das investidas SLI e Maraú, bem como o reconhecimento da totalidade do saldo da investida UP.

A investida Maraú, em decorrência da celebração de novo contrato de afretamento da embarcação Parcel dos Meros pelo prazo de três anos, que será utilizada em contrato de descomissionamento, passou a apresentar, em suas projeções econômico-financeiras, evidências de geração de resultados tributáveis futuros suficientes para o reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

A investida SLI realizou a incorporação das sociedades EnvironPact Consultoria e EnvironPact Sustentabilidade, conforme mencionado na nota explicativa 2.5. Como consequência da reorganização societária, a SLI passou a absorver os resultados das sociedades incorporadas, o que possibilitou o reconhecimento do saldo de ativo fiscal diferido anteriormente não reconhecido.

Os valores reconhecidos contabilmente refletem o percentual de alíquota efetiva apurada. Nos casos que estão registrados valores a menor que o previsto, avaliou-se a expectativa de realização pela Administração da Companhia, chegando-se ao entendimento que havia baixa expectativa de realização dos valores envolvidos. Para o reconhecimento, levou-se em conta as seguintes premissas:

- Dólar e Selic conforme projeções Boletim Focus.
- Receita: diárias já contratadas com clientes e utilização de diárias padrão atuais para contratos futuros.
- Taxa de ocupação: média ponderada considerando docagens, “downtime” padrão e ociosidade comercial entre contratos.
- Custos e Despesas: atualizado conforme crescimento esperado para a Companhia nos próximos exercícios.
- Depreciação: considera vida útil dos ativos existentes e adição de capex de manutenção recorrente padrão de novas docagens projetadas.
- Resultado financeiro: amortizações das dívidas atuais nos prazos contratados, e novas captações nas mesmas condições das atuais para cobrir necessidade de caixa mantendo caixa mínimo considerado seguro.

Com base na expectativa de realização efetuada pela Administração, os tributos diferidos ativos, decorrentes de prejuízo fiscal, reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na controladora e no consolidado, serão realizados conforme demonstrativo a seguir:

Ano	Consolidado	Controladora
2026	25.218	11.238
2027	11.804	-
2028	12.214	-
2029	7.749	-
Após 2030	12.290	-
Total	69.275	11.238

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

imposto de renda e contribuição social diferidos – O imposto diferido é reconhecido sobre determinados custos ou despesas que sua dedutibilidade na apuração do Lucro Real ocorrerá em períodos posteriores. É reconhecido o ativo fiscal diferido quando provável sua recuperação nos períodos subsequentes. O passivo fiscal diferido é resultante de obrigação exigível em períodos subsequentes.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Os passivos e ativos diferidos devem ser compensados quando: a Companhia possui o direito legal de compensar os impostos correntes; e quando esses tributos estão relacionados a mesma autoridade tributária

11. OUTROS VALORES A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	5.188	7.332	3.021	5.587
Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº 23.2)	-	-	2.906	4.448
Despesas antecipadas com seguros (a)	11.725	14.187	6.568	7.251
Outras despesas antecipadas (b)	11.043	5.765	8.581	4.329
Valores a receber alienação Servmar (c)	1.106	1.798	1.106	1.798
Outros valores a receber - partes relacionadas (nota explicativa nº 23.2)	-	-	3.023	66
Consórcio OCP Log/EnvironPact	279	1.028	-	-
Processo de arbitragem (d)	9.788	-	9.788	-
Outros valores a receber	3.205	3.922	2.239	1.613
Total Circulante	42.335	34.032	37.232	25.092
Despesas antecipadas com seguros (a)	39	2.569	28	1.142
Outras despesas antecipadas (b)	296	213	215	114
Adiantamento a fornecedores	1.417	-	1.417	-
Outros valores a receber	654	672	6.271	7.130
Total Não Circulante	2.407	3.454	7.931	8.386

- (a) As despesas com seguros são apropriadas com base no regime de competência e são renovadas anualmente com base no demonstrado na nota explicativa nº 31.
- (b) Referem-se principalmente a custos aduaneiros, licenças de uso e benefícios pagos antecipadamente (vale refeição, vale transporte e férias).
- (c) Refere-se às parcelas em aberto do preço de venda da antiga controlada.
- (d) Refere-se ao valor a receber decorrente de sentença favorável e definitiva em processo de arbitragem contra a Petrobras visando descontos indevidos efetuados em dois contratos de afretamento (Rochedo de São Paulo e Rochedo de São Pedro). O valor foi efetivamente recebido no dia 30 de janeiro de 2026.

12. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS

12.1. As movimentações nos saldos das investidas estão demonstradas a seguir:

Investidas	Controladora						
	31/12/2024	AVJ	Aporte de capital	Dividendos	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	31/12/2025
OceanPact Navegação	31.136	-	-	-	-	23.154	54.290
OceanPact International	52.322	-	705	-	(5.538)	(8.557)	38.932
EnvironPact Consultoria	21.888	-	10	(7.400)	(28)	8.076	22.547
OceanPact Geociências	101.171	-	66.250	-	(2.666)	(42.997)	121.758
EnvironPact Sustentabilidade	9.635	-	-	(7.800)	(10)	2.919	4.744
OceanPact Netherlands	807.444	-	-	-	(78.063)	24.927	754.308
Marau	48.726	-	29.500	-	-	6.676	84.902
SLI	3.492	-	100	-	-	7.537	11.129
OML	24.691	-	-	-	(2.666)	(3.919)	18.106
OceanPact México	(4)	-	-	-	1	-	(3)
OceanPact Logística	2.924	-	-	-	-	(167)	2.757
Atmos Marine	2.087	367	-	-	-	-	2.454
UP Apoio	188.451	-	69.000	-	-	18.993	276.444
OceanPact Tech	-	-	3.241	-	-	711	3.952
Total	1.293.963	367	168.806	(15.200)	(88.971)	37.356	1.396.321
						Investimentos	1.396.324
						Provisão para perda em investimento	(3)

Investidas	Controladora						31/12/24
	31/12/23	Reorganizações	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos	
OceanPact Navegação	55.847	-	-	-	-	(24.711)	31.136
OceanPact International	48.344	-	-	765	11.621	(8.408)	52.322
EnvironPact Consultoria	16.702	-	-	-	-	5.186	21.888
OceanPact Geociências	81.635	(219)	-	57.200	5.579	(43.024)	101.171
EnvironPact Sustentabilidade	6.853	-	-	-	-	2.782	9.635
OceanPact Netherlands	638.588	-	-	(37.137)	197.566	8.430	807.444
Maraú	34.676	-	-	21.215	-	(7.165)	48.726
SLI	1.106	-	-	2.807	-	(421)	3.492
OML	19.760	-	-	-	5.579	(648)	24.691
OceanPact México	(58)	-	-	292	(238)	-	(4)
OceanPact Logística	2.981	-	-	-	-	(57)	2.924
Atmos Marine	918	-	269	900	-	-	2.087
Grupo UP	130.646	-	-	48.327	-	9.478	188.451
Total	1.037.998	(219)	269	94.369	220.107	(58.558)	1.293.963
						Investimentos	1.293.967
						Provisão para perda em investimento	(4)

12.2. Aquisição Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais S.A.:

Em 2 de janeiro de 2025, a EnvironPact Sustentabilidade e Resiliência Ltda (EnvironPact Sustentabilidade) adquiriu 95% do capital social da Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais S.A. por R\$ 6,8 milhões, através de sua subsidiária EnvironPact Sustentabilidade e Resiliência. A empresa é especializada em planejamento, resgate e reabilitação de fauna silvestre afetada por derramamentos de petróleo e outras crises ambientais. A operação fortalece o portfólio de serviços da OceanPact, ampliando sua atuação no segmento de proteção ambiental.

O preço total pago é composto pela primeira parcela à vista, de R\$ 5.890, paga em 02 de janeiro de 2025, e a segunda parcela de R\$ 950, registrada em “Outras Obrigações”, a ser paga em 2027, reajustada por CDI.

A EnvironPact Sustentabilidade elaborou o laudo de Purchase Price Allocation (PPA), em sua versão definitiva, portanto, os valores apresentados a seguir são os valores reconhecidos da alocação do preço pago na referida combinação de negócios.

Ativos Contributórios	Valor Justo
Ativos líquidos	4.553
Participação adquirida	95%
Ativos líquidos, líquido dos passivos assumidos	4.326
Contraprestação transferida e a transferir	6.840
Montante não alocado – ágio	2.514

A tabela a seguir demonstra os ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição - em milhares de reais - R\$.

Balanco Patrimonial Aiuká (R\$ mil)	Demonstrações contábeis Saldos em Dez. 2024	Ajustes a Mercado	Demonstrações contábeis a valor justo Saldos em Dez. 2024
Ativo Circulante	3.183	-	3.183
Caixa e equivalente de caixa	411	-	411
Aplicações financeiras	1	-	1
Contas a receber de clientes	2.066	-	2.066
Tributos a recuperar	675	-	675
Adiantamentos a fornecedores	8	-	8
Adiantamentos a empregados	12	-	12
Empréstimos a empregados	11	-	11
Ativo não Circulante	3.399	735	4.135
Realizável a Longo Prazo	91	-	91
Títulos a receber	90	-	90
Empréstimos Aiuká ensinamentos e treinamentos	1	-	1
Investimentos	1.183	-	1.183
Imobilizado	2.125	-	2.125
Móveis e utensílios	107	-	107
Veículos	80	-	80
Computadores e periféricos	84	-	84
Máquina e equipamentos	537	-	537
Benfeitorias em imóvel de terceiros	478	-	478
Instalações	6	-	6
Aluguel – Direito de uso	654	-	645
Bens terceiros	188	-	188
Intangível	-	735	735
Marca	-	540	540
Carteira de clientes	-	40	40
Cláusula de não concorrência	-	155	155
Total do Ativo	6.583	735	7.318
Passivo Circulante	2.112	-	2.112
Empréstimos e financiamentos	10	-	10
Adiantamentos de clientes	121	-	121
Fornecedores	179	-	179
Obrigações tributárias	869	-	869
Arrendamentos	207	-	207
Salários, benefícios e encargos a pagar	722	-	722
Outras contas a pagar	4	-	4
Passivo não Circulante	653	-	653
Exigível a Longo Prazo	653	-	653
Arrendamento a pagar	465	-	465
Outros	188	-	188
Total do Passivo	2.765	735	2.765

13. DIREITO DE USO

A Companhia possui contratos de arrendamento de imóveis de terceiros e embarcações, totalizando 13 contratos vigentes firmados pela Companhia e por suas controladas em 31 de dezembro de 2025, no consolidado. Vide nota explicativa nº 19 para maiores informações acerca dos contratos.

As taxas de amortização anuais utilizadas pela Companhia e suas controladas estão considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificada necessidade de constituição de provisão para perda nos ativos desta natureza.

	Consolidado				31/12/2025
	31/12/2024	Adições (*)	Baixas	Ajuste de Conversão	
Direito de uso					
Imóveis	33.229	31.204	(419)	-	64.014
Máquinas e equipamentos	4.127	-	-	(385)	3.741
Embarcações	25.637	89.904	(3.203)	(527)	111.811
Subtotal	62.992	121.109	(3.622)	(913)	179.566
Amortização acumulada					
Imóveis	(12.210)	(5.827)	-	-	(18.037)
Máquinas e equipamentos	(1.152)	(434)	-	59	(1.526)
Embarcações	(22.435)	(6.945)	-	2.377	(27.002)
Subtotal	(35.797)	(13.206)	-	2.437	(46.566)
Total Líquido	27.195	107.903	(3.622)	1.524	133.000

(*) Refere-se ao novo arrendamento da embarcação Parcel dos Meros, a partir de outubro de 2025, com prazo de três anos. Imóveis refere-se a renovações (Mac Laren e Glória) e novos contratos de imóveis (CODEPE) utilizados pela Companhia.

	Consolidado					31/12/24
	31/12/23	Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	Alienação Servmar	
Direito de uso						
Imóveis	31.290	2.846	(1.405)	-	498	33.229
Máquinas e equipamentos	3.363	-	-	764	-	4.127
Embarcações	20.742	-	-	4.895	-	25.637
Subtotal	55.395	2.846	(1.405)	5.659	498	62.993
Amortização acumulada						
Imóveis	(9.799)	(3.816)	1.405	-	-	(12.210)
Máquinas e equipamentos	(660)	(420)	-	(72)	-	(1.152)
Embarcações	(4.384)	(14.645)	-	(3.406)	-	(22.435)
Subtotal	(14.843)	(18.881)	1.405	(3.478)	-	(35.797)
Total Líquido	40.552	(16.035)	-	2.181	498	27.196

	Controladora							31/12/25
	31/12/23	Adições	Baixas	31/12/24	Adições	Baixas	Remensuração (*)	
Direito de uso								
Imóveis	27.866	2.846	(596)	30.116	27.084	(419)	-	56.781
Embarcações	146.560	13.169	(801)	158.928	-	-	89.684	248.611
Subtotal	174.426	16.015	(1.397)	189.044	27.084	(419)	89.684	305.391
Amortização acumulada								
Imóveis	(7.504)	(2.812)	596	(9.720)	(5.136)	-	-	(14.856)
Embarcações	(16.330)	(46.514)	801	(62.043)	-	-	(69.662)	(131.705)
Subtotal	(23.834)	(49.326)	1.397	(71.763)	(5.136)	-	(69.662)	(146.561)
Total Líquido	150.592	(33.311)	-	117.281	21.948	(419)	20.022	158.832

(*) No terceiro trimestre de 2025, foram realizadas remensurações de contratos de arrendamento entre a controlada OceanPact Netherlands e a controladora OceanPact Serviços.

Política contábil

Os ativos de direito de uso são depreciados pelo prazo do arrendamento ou pela vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. Contudo, quando o contrato prevê opção de compra com razoável certeza de exercício, a depreciação é realizada pela vida útil do ativo. A remensuração de contratos de arrendamento conforme o IFRS 16 ocorre quando há uma modificação nos termos e condições que afetam os pagamentos futuros. Isso pode incluir mudanças no prazo do contrato, nos valores dos pagamentos ou na taxa de desconto utilizada. Quando isso acontece, a entidade deve ajustar o passivo de arrendamento para refletir os novos fluxos de pagamento descontados à taxa revisada. Simultaneamente, o ativo de direito de uso é ajustado pelo mesmo valor, salvo em casos específicos que demandem reconhecimento imediato no resultado.

14. IMOBILIZADO

	Consolidado					31/12/2025
	31/12/2024	Ajuste de conversão	Adições	Baixas	Transferências	
Custo						
Embarcações, docagens e benfeitorias	2.260.591	(123.392)	304.975	(4.051)	2.223	2.440.346
Máquinas e equipamentos	361.679	(14.571)	103.641	(3.431)	3.166	450.484
Computadores e periféricos	24.555	-	11.365	-	(428)	35.492
Instalações, móveis e utensílios	7.242	-	4.383	(25)	608	12.208
Benfeitorias – Imóveis	15.458	-	13.988	(93)	-	29.353
Veículos	9.175	-	503	-	-	9.678
Adiantamento a fornecedores	56.730	(3.871)	37.298	(6.113)	(5.569)	78.475
Subtotal	2.735.430	(141.835)	476.155	(13.714)	-	3.056.035
Depreciação acumulada						
Embarcações, docagens e benfeitorias	(802.171)	39.936	(256.942)	289	(15)	(1.018.904)
Máquinas e equipamentos	(165.444)	4.516	(38.099)	106	15	(198.905)
Computadores e periféricos	(11.527)	-	(5.075)	2	-	(16.600)
Instalações, móveis e utensílios	(2.548)	-	(2.064)	3	-	(4.609)
Benfeitorias - Imóveis	(6.388)	-	(2.908)	4	-	(9.291)
Veículos	(4.712)	-	(691)	-	-	(5.403)
Subtotal	(992.790)	44.452	(305.779)	404	-	(1.253.712)
Total Líquido	1.742.640	(97.383)	170.377	(13.310)	-	1.802.323

	Consolidado					31/12/24
	31/12/23	Ajuste de Conversão	Adições	Baixas	Transferências	
Custo						
Embarcações, docagens e benfeitorias	1.694.162	234.142	279.780	(7.801)	60.308	2.260.591
Máquinas e equipamentos	285.115	26.457	30.422	(2.953)	22.638	361.679
Computadores e periféricos	16.111	-	6.284	(31)	2.191	24.555
Instalações, móveis e utensílios	5.711	-	1.724	-	(193)	7.242
Benfeitorias – Imóveis	7.043	-	8.449	-	(34)	15.458
Veículos	10.336	-	-	-	(1.161)	9.175
Adiantamentos a fornecedores	69.232	3.677	86.608	(19.037)	(83.750)	56.730
Subtotal	2.087.710	264.276	413.267	(29.822)	-	2.735.431
Depreciação acumulada						
Embarcações, docagens e benfeitorias	(548.768)	(70.499)	(189.000)	6.096	-	(802.171)
Máquinas e equipamentos	(117.945)	(7.311)	(40.373)	185	-	(165.444)
Computadores e periféricos	(7.956)	-	(3.571)	-	-	(11.527)
Instalações	(2.099)	-	(449)	-	-	(2.548)
Benfeitorias – Imóveis	(4.785)	-	(1.603)	-	-	(6.388)
Veículos	(4.410)	-	(442)	140	-	(4.712)
Subtotal	(685.963)	(77.810)	(235.438)	6.421	-	(992.790)
Total líquido	1.401.747	186.466	177.829	(23.401)	-	1.742.640

	31/12/2024	Adições	Controladora Baixas	Transferências	31/12/2025
Custo					
Embarcações, docagens e benfeitorias	680.208	153.371	(1.701)	(192)	831.686
Máquinas e equipamentos	125.552	32.807	(1.291)	492	157.560
Computadores e periféricos	17.617	8.930	-	(329)	26.218
Instalações, móveis e utensílios	4.981	2.530	-	470	7.982
Benfeitorias - Imóveis	14.100	12.893	(93)	-	26.900
Veículos	2.256	-	-	-	2.256
Adiantamento a fornecedores	7.213	14.330	(4.482)	(441)	16.620
Subtotal	851.927	224.862	(7.567)	-	1.069.222
Depreciação acumulada					
Embarcações, docagens e benfeitorias	(299.482)	(98.056)	42	-	(397.496)
Máquinas e equipamentos	(65.431)	(11.977)	87	-	(77.321)
Computadores e periféricos	(7.869)	(3.652)	2	-	(11.519)
Instalações, móveis e utensílios	(1.648)	(1.344)	2	-	(2.991)
Benfeitorias - Imóveis	(5.072)	(2.145)	-	-	(7.216)
Veículos	(1.657)	(440)	-	-	(2.097)
Subtotal	(381.159)	(117.614)	132	-	(498.641)
Total Líquido	470.768	107.248	(7.435)	-	570.581

	31/12/23	Adições	Controladora Baixas	Transferências	31/12/24
Custo					
Embarcações, docagens e benfeitorias	479.787	165.997	(1.996)	36.420	680.208
Máquinas e equipamentos	104.751	14.108	(2.335)	9.028	125.552
Computadores e periféricos	11.197	4.741	-	1.679	17.617
Instalações, móveis e utensílios	3.612	1.507	-	(138)	4.981
Veículos	3.417	-	-	(1.161)	2.256
Benfeitorias - Imóveis	5.685	8.449	-	(34)	14.100
Adiantamentos a fornecedores	35.742	28.543	(11.278)	(45.794)	7.213
Subtotal	644.191	223.345	(15.609)	-	851.927
Depreciação acumulada					
Embarcações, docagens e benfeitorias	(236.716)	(63.069)	303	-	(299.482)
Máquinas e equipamentos	(51.804)	(13.812)	185	-	(65.431)
Computadores e periféricos	(5.345)	(2.524)	-	-	(7.869)
Instalações, móveis e utensílios	(1.407)	(241)	-	-	(1.648)
Veículos	(1.355)	(442)	140	-	(1.657)
Benfeitorias - Imóveis	(3.720)	(1.352)	-	-	(5.072)
Subtotal	(300.347)	(81.440)	628	-	(381.159)
Total Líquido	343.844	141.905	(14.981)	-	470.768

As taxas de depreciação anuais utilizadas pela OceanPact, para todos os períodos reportados, considerando bens adquiridos novos, estão relacionadas a seguir.

Bens	Taxa anual
Embarcações	5% e 10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Benfeitorias em imóveis e embarcações de terceiros	(*)
Veículos	20%
Docagens	20% e 40%

(*) Depreciação pelo prazo de locação dos bens de terceiros.

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, a OceanPact efetuou a análise dos indicativos de “impairment”, e concluiu não haver necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução a valor recuperável dos itens componentes do seu ativo imobilizado.

Política contábil

Imobilizado – Os ativos imobilizados estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação pelo método linear de acordo com a respectiva vida útil econômica, e perdas por redução ao valor recuperável.

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos imobilizados e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os custos com docagem são capitalizados e depreciados linearmente ao longo do período para o qual estes custos gerarão benefícios econômicos, de forma que estejam totalmente depreciados antes da data da realização da docagem seguinte.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

Estimativas e premissas contábeis significativas

Vidas úteis dos bens do ativo imobilizado – Durante o último exercício, como resultado desta avaliação, a Administração estabeleceu que as vidas úteis dos seus bens imobilizados se mantiveram inalteradas quando comparadas com aquelas adotadas no exercício anterior.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

15. INTANGÍVEL

	Consolidado								
	31/12/23	Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	31/12/24	Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	31/12/25
Custo									
Licenças de softwares	17.355	7.525	(293)	454	25.041	13.435	(243)	(234)	37.999
Ágio - Rentabilidade futura	219	-	(219)	-	-	2.516	-	-	2.516
Contratos EnvironPact Sustentabilidade (*)	6.936	-	-	-	6.936	-	-	-	6.936
Mais Valia – Aiuká	-	-	-	-	-	686	-	-	686
Amortização acumulada									
Licenças de softwares	(7.955)	(2.387)	-	(183)	(10.525)	(4.448)	3	105	(14.865)
Contratos EnvironPact Sustentabilidade (*)	(2.233)	(2.680)	-	-	(4.913)	(2.023)	-	-	(6.936)
Mais Valia – Aiuká	-	-	-	-	-	(17)	-	-	(17)
Total líquido	14.322	2.458	(512)	271	16.539	10.149	(240)	(129)	26.319

(*) Mais valia apurada na combinação de negócios referente a contratos mantidos pelo Grupo UP e EnvironPact Sustentabilidade com clientes.

	Controladora					
	31/12/23	Adições	31/12/24	Adições	Baixas	31/12/25
Custo						
Licenças de softwares	12.610	6.977	19.587	10.847	(67)	30.368
Amortização acumulada						
Licenças de softwares	(4.756)	(1.751)	(6.507)	(3.774)	-	(10.281)
Total líquido	7.854	5.226	13.080	7.073	(67)	20.087

A taxa de amortização anual das licenças de softwares utilizada pela Companhia é de 20% para os períodos apresentados (controladora e consolidado).

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, a Companhia reaccessou a análise dos indicativos, concluindo não haver alterações de premissas que demandassem uma atualização do último teste de “impairment” realizado.

Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

16. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários	15.306	14.595	11.554	11.572
13º salário	287	104	241	98
Férias	34.830	27.057	24.486	19.300
FGTS/INSS	29.943	25.281	20.209	17.333
Provisões PLR/Bônus	36.915	26.166	26.917	20.340
Outros	1.491	1.327	1.047	858
Total Circulante	118.771	94.530	84.453	69.501
Provisões ILP (*)	18.121	4.662	18.121	4.662
Total Não Circulante	18.121	4.662	18.121	4.662

(*) No exercício de 2025 a Cia reclassificou a rubrica de ILP (incentivos de longo prazo) para o grupo de “Obrigações com Pessoal”, anteriormente apresentada no grupo de “Outras Obrigações” refletir melhor a natureza de obrigações de remuneração. Esse saldo representa o valor justo das parcelas variáveis dos planos de RSU, apropriados no passivo, que serão pagas, preferencialmente em dinheiro aos colaboradores dentro dos períodos possíveis do exercício.

17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Moeda nacional	110.965	79.501	81.004	47.688
Moeda estrangeira	23.898	21.893	8.304	6.826
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 23)	-	1.981	32.999	10.981
Total	134.863	103.375	122.307	65.495

A Companhia não realizou operações nem apresenta valores contratados em operações de risco sacado (também conhecidas como “Forfait”, “Confirming”, “Reverse Factoring”, Securitização do Contas a Pagar, “Supply Finance”, “Payables Service Agreements”, “Trade/Vendor Financing”, entre outros) com instituições financeiras e fornecedores.

Política contábil

Os saldos de fornecedores se referem a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses; caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. As provisões operacionais são decorrentes de custos e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES A PAGAR

18.1. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
BNDES	462.269	383.982	305.117	178.442
Caixa Econômica	218.498	18.507	218.498	18.507
FINEP	11.152	12.946	11.152	12.946
Banco Bocom BBM	-	17.706	-	8.551
Banco Santander	-	16.841	-	16.841
Total	691.919	449.982	534.767	235.287
Circulante	74.457	111.421	48.967	73.579
Não Circulante	617.462	338.561	485.801	161.708

As taxas de juros e as datas dos vencimentos dos saldos apresentados acima, em aberto em 31 de dezembro de 2025, estão discriminadas abaixo:

Instituições financeiras	Finalidade	Taxa de juros anual (%)	Vencimento
BNDES	Financiamento de embarcações	USD + 2,40% a 3,91%	set/34
Caixa Econômica Federal	Capital Giro	CDI + 1,57%	set/28
FINEP	Financiamento de projeto	TJLP	abr/31
BNDES	Financiamento de docagens/modernização	USD + 2,20 a 3,00%	set/31

Em 17 de setembro de 2025, a Companhia contratou novo empréstimo de 210M com a CEF e liquidou antecipadamente o empréstimo anterior no valor de 9,4M com a mesma instituição, bem como liquidou antecipadamente o empréstimo de 13,3M com o Banco Bocom BBM, ambos sem penalidades para pré-pagamento.

No dia 03 de dezembro de 2025, a Companhia captou 170M junto ao BNDES, via Fundo da Marinha Mercante (FMM). Essa captação visa o prosseguimento ao financiamento de investimentos em docagens e modernização da frota.

O empréstimo concedido pelo BNDES à controlada OceanPact Navegação para a construção de duas embarcações foi celebrado em 17 de julho de 2014, e apresenta cláusula de exigência de uma conta centralizadora, onde deve ser mantido o valor correspondente a no mínimo três meses da dívida mensal, incluindo principal e juros (nota explicativa nº 4). Os empréstimos junto ao BNDES são atrelados ao dólar norte-americano.

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos está apresentada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31/12/23	290.432	98.117
Novas captações	164.577	164.578
Custos de captação	(4.329)	(4.328)
Pagamentos de principal	(74.696)	(49.978)
Pagamentos de juros	(21.989)	(14.393)
Variação cambial	77.087	27.008
Juros apropriados	18.900	14.283
Saldo em 31/12/24	449.982	235.287
Novas captações	379.063	379.063
Pagamentos de principal	(106.151)	(70.674)
Pagamentos de juros	(20.432)	(14.291)
Variação cambial	(33.550)	(13.930)
Juros apropriados	23.009	19.313
Saldo em 31/12/25	691.919	534.767

Os valores a pagar, até a liquidação dos saldos apresentados anteriormente, classificadas no passivo não circulante, estão discriminados a seguir (não considera encargos futuros):

Ano	Consolidado	Controladora
2027	170.302	144.812
2028	170.302	144.812
2029	65.302	39.812
Após 2029	211.555	156.366
Total	617.462	485.801

A OceanPact e suas controladas não possuem parcelas vencidas nas datas-bases apresentadas.

A OceanPact e suas controladas detêm empréstimos e financiamentos que apresentam cláusulas restritivas financeiras e não financeiras, que se descumpridas implicam no vencimento antecipado das dívidas. Nas divulgações trimestrais do exercício e nas datas-base de 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve nenhum descumprimento.

A seguir listamos estas principais cláusulas dos empréstimos e financiamentos:

Instituições financeiras	Principais cláusulas restritivas
Caixa Econômica Federal	Indicador: Dívida Líquida Ajustada (*) / EBITDA Ajustado <ul style="list-style-type: none"> Menor ou igual a 2,50x trimestral e em 31/12/2025
BNDES	Manutenção do saldo da conta centralizadora, cumprimento de determinadas obrigações relacionadas a treinamento em caso de redução de pessoal, adoção de medidas de proteção ao meio ambiente

(*) Para fins de mensuração dos indicadores financeiros, a Dívida Líquida Ajustada considera o endividamento bancário líquido da Companhia, com a conversão das dívidas em dólar tomando por base o câmbio médio dos 12 meses que antecedem o cálculo do indicador e impactos decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06(R2)/ IFRS 16 até 18/11/2021 e o EBITDA Ajustado da Companhia compreende o lucro líquido antes dos impostos, antes do resultado financeiro, antes da despesa de depreciação e amortização, e antes de eventuais multas contratuais de clientes no exercício e eventuais custos de “impairment” de ativos.

(**) Os indicadores financeiros atrelados a cláusulas restritivas da dívida são avaliados de forma trimestral, considerando para tal o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses. Caso ocorra a não observância, pela Companhia, de dois períodos consecutivos ou três períodos alternados, possibilitará a ação de vencimento antecipado.

Além das principais cláusulas restritivas mencionadas acima, alguns contratos possuem determinadas obrigações de entrega de demonstrações financeiras, aprovação prévia em caso de alteração do controle societário, dentre outras.

Política contábil

A Companhia e suas controladas registram seus empréstimos e financiamentos obtidos com base no custo amortizado usando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se, e somente se, esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Não houve juros capitalizados nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

18.2. Debêntures a pagar

	Consolidado e Controladora	
	31/12/25	31/12/24
Circulante	73.831	159.789
Não circulante	1.173.247	1.058.998
Total	1.247.078	1.218.787

A movimentação do saldo de debêntures a pagar está apresentada a seguir:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31/12/23	848.715
Novas captações	800.000
Custos de emissão	(13.813)
Apropriação de custos	16.356
Apropriação de juros	143.186
Pagamento de principal	(439.000)
Pagamento de juros	(136.657)
Saldo em 31/12/24	1.218.787
Novas captações	490.680
Custos de emissão	(481)
Apropriação de custos	10.640
Apropriação de juros	203.420
Pagamento de principal	(490.273)
Pagamento de juros	(185.695)
Saldo em 31/12/25	1.247.078

As principais informações acerca das debêntures emitidas estão apresentadas a seguir:

OPERAÇÃO	DEBÊNTURES 05	DEBÊNTURES 06	DEBÊNTURES 07
Série	Única	Única	Única
Data emissão	10/07/2024	18/12/2024	30/06/2025
Valor emissão	300.000	500.000	500.000
Taxa de remuneração anual	CDI + 2,95%	CDI + 2,50%	CDI + 2,00%
Amortização	Mensal (1 ano de carência e amortização em 49 parcelas)	Mensal (3 anos de carência e amortização em 24 parcelas)	Mensal (3 anos de carência e amortização em 25 parcelas)
Cláusulas restritivas (indicadores financeiros mensuração anual)	Indicador: Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado (**) - até 2,5x em bases trimestrais	Indicador: Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado (**) - até 2,5x em bases trimestrais	Indicador: Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado (**) - até 2,5x em bases trimestrais

(**) Conforme nota explicativa nº 18.1.

A Companhia informa que não houve descumprimento das cláusulas restritivas na data-base de 31 de dezembro de 2025.

Os valores a pagar até a liquidação dos saldos apresentados anteriormente, classificados no passivo não circulante, estão discriminados a seguir (não considera encargos futuros):

Ano	Consolidado e Controladora
2027	94.683
2028	465.182
2029	510.465
2030	102.917
Total	1.173.247

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Consolidado	Controladora
Passivo de arrendamento em 31/12/23	42.677	178.127
Pagamentos de principal	(18.351)	(43.798)
Pagamentos de juros	(5.190)	(20.933)
Juros apropriados	5.374	23.703
Novos arrendamentos	2.941	2.926
Ajuste de conversão	1.804	-
Remensuração	-	13.252
Outros	484	(35)
Passivo de arrendamento em 31/12/24	29.739	153.242
Pagamentos de principal	(10.465)	(69.115)
Pagamentos de juros	(7.511)	(23.187)
Juros apropriados	10.103	24.875
Novos arrendamentos	31.204	27.084
Ajuste de conversão	1.891	-
Remensuração	89.904	89.684
Outros	(191)	(863)
Passivo de arrendamento em 31/12/25	144.675	201.720

A Controladora possui um saldo de R\$201.720 de passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 (R\$153.242 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$57.045 são referentes a transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 (R\$123.503 em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Passivo de arrendamento - circulante	31.451	2.775	127.109	66.231
Passivo de arrendamentos - não circulante	113.223	26.964	74.611	87.011
Total do passivo de arrendamento	144.675	29.739	201.720	153.242

Política contábil

A Companhia utiliza taxas incrementais sobre empréstimos da Companhia para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos, cujas taxas implícitas não podem ser determinadas imediatamente. As taxas incrementais são estimadas a partir das taxas de captação corporativa (títulos emitidos pela OceanPact), que levam em conta a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, duration do respectivo fluxo de pagamento e a data de início de cada contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

Estimativas e premissas contábeis significativas

Mensurações das taxas de desconto de arrendamentos – As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos direitos de uso e passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia e suas controladas considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem a informação da taxa implícita. Para determinação das taxas incrementais, utilizadas como taxas de desconto, a Companhia e suas controladas utilizaram informações dos contratos de empréstimos/debêntures, e adotaram premissas, tais como a estrutura de capital da OceanPact e o risco do ambiente econômico do país.

20. TRIBUTOS A RECOLHER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributos correntes (*)	45.676	32.700	27.971	19.753
Parcelamentos	2.757	9.564	2.171	8.009
Total	48.433	42.264	30.142	27.762
Circulante	36.249	31.113	24.887	22.919
Não Circulante	12.184	11.151	5.255	4.843

(*) Os saldos de tributos correntes compreendem, principalmente, PIS, COFINS e ISS a pagar.

Composição dos parcelamentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Federais (a)	2.294	8.404	1.880	7.281
Municipais (b)	462	1.160	291	728
Total	2.757	9.564	2.171	8.009

(a) Referente a parcelamento de impostos federais no âmbito da RFB e PGFN.

(b) Referente a parcelamentos de ISS.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Multas contratuais de clientes (a)	5.839	21.399	2.958	11.837
Partes relacionadas	-	-	930	49
Adiantamento de clientes	11.211	11.984	11.208	11.984
Contra garantia alienação Servmar (b)	-	9.203	-	9.203
Outras obrigações	7.382	3.056	3.734	1.733
Total Circulante	24.432	45.642	18.830	34.806
Multas contratuais de clientes (a)	19.820	27.892	1.750	213
Aquisição investimento	183	1.356	183	1.356
Adiantamento de clientes	-	1.111	-	1.111
Total Não Circulante	20.003	30.359	1.933	2.680

(a) Multas devido ao descumprimento de cláusulas contratuais com clientes, consumo de óleo em excesso e consumo de óleo durante indisponibilidade das embarcações. Para fins de consolidado, o principal saldo no não circulante em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$17.743, é da controlada UP Apoio, sendo referente, principalmente, à cobrança de óleo em excesso do contrato já encerrado da embarcação Parcel do Bandejo (antigo UP Pearl), cuja discussão se encontra judicializada (R\$27.129 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Garantia firmada pela Companhia pelo pagamento da dívida bancária da Servmar junto ao BBM, no escopo do contrato de alienação da antiga controlada Servmar e liquidada em setembro de 2025.

Política contábil

As multas contratuais recebidas através de notificações dos clientes são classificadas pelo jurídico entre prováveis, possíveis e remotas, e discutidas no âmbito administrativo. As notificações consideradas prováveis de perda são provisionadas. Adicionalmente, a Companhia avalia penalidades incorridas e ainda não notificadas no que tange ao consumo de óleo em excesso e consumo de óleo durante indisponibilidade de embarcação, realizando também as provisões na correta competência do período incorrido.

22. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios, realizando depósitos judiciais quando necessário. As provisões para os eventuais desembolsos decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos, de modo que os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 apresentam a seguinte movimentação:

	Consolidado				Controladora		
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31/12/23	15.543	811	12.607	28.961	821	134	955
Provisões	1.027	-	-	1.027	197	-	197
Reversões	(12.919)	(204)	(10.638)	(23.761)	(393)	-	(393)
Saldo em 31/12/24	3.651	607	1.969	6.227	625	134	759
Provisões	1.121	571	-	1.692	282	555	837
Reversões	(781)	(184)	(784)	(1.749)	(268)	-	(268)
Reclassificação	(1.265)	(118)	1.383	-	-	-	-
Saldo em 31/12/25	2.726	876	2.568	6.170	639	689	1.328

As provisões para contingências trabalhistas são oriundas de diversas ações pulverizadas, e tem como objeto apontamentos divergentes de horas extras, equiparação salarial, dentre outros.

Os riscos tributários referem-se a autos de infração aduaneiros da controlada UP, que estão sendo discutidos na esfera administrativa.

Passivos contingentes com expectativa de perda possível

Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível, baseado no entendimento dos consultores jurídicos externos da Companhia, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Trabalhistas (a)	35.852	33.212	17.053	12.284
Cíveis (b)	27.721	34.098	1.077	3.792
Tributárias (c)	16.500	20.658	4.392	8.488
Total	80.073	87.968	22.522	24.564

As principais contingências em 31 de dezembro de 2025, classificadas com expectativa de perda possível se referem à:

- (a) Processos de natureza trabalhista pulverizados que tem como objeto horas extras, verbas rescisórias, acúmulo de funções, dentre outros.
- (b) Três processos de natureza cível envolvendo a Petrobras, visando afastar multas contratuais indevidas no valor estimado de R\$21 milhões, sendo (i) R\$11,7 milhões relacionados aos serviços de coleta e análise ambientais, processo em que foi proferida decisão favorável em 1ª instância e recentemente, em 04/02/2026, foi publicada a decisão em 2ª instância afastando a integralidade da multa aplicada, (ii) R\$5,3 milhões em serviços geológicos e (iii) R\$ 3,7 milhões por atraso no cumprimento de exigência contratual ICS, estes dois últimos possuem decisão liminares deferidas impedindo o desconto até o julgamento em 1ª instância. Os demais valores referentes aos processos cíveis de natureza passiva, com classificação de perda possível, encontram-se pulverizados com variados objetos processuais.

- (c) Sete processos de natureza tributária relacionados a manifestação de inconformidade de saldo negativo de IR/CS nos exercícios de 2013, 2014, 2016 e 2018 no valor estimado de R\$7,4 milhões (R\$8,6 milhões em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, um processo Administrativo no valor estimado de R\$ 9 milhões referente a um auto de infração, registrado na empresa UP Offshore, que versa sobre descumprimento de obrigação acessória no âmbito de procedimento de cancelamento de Nota Fiscal fora do prazo.

Além das contingências passivas apresentadas acima, a Companhia possui certas contingências ativas de montante relevante não reconhecidas contabilmente. Os principais valores referem-se a ações judiciais da controlada UP, em que se busca a cobrança de taxas diárias relativas a contratos celebrados com a Petrobras e que foram rescindidos sob a alegação de ausência de renovação do Certificado de Autorização de Afretamento (CAA) para as embarcações objeto desses contratos. Essas rescisões foram contestadas judicialmente pela controlada UP e os assessores jurídicos da Companhia entendem como de êxito possível seus pleitos. Dentre as contingências ativas, duas se destacam, tendo em vista os últimos andamentos verificados nos processos judiciais, aqueles referentes às embarcações UP Coral e UP Turquoise.

Em junho de 2023, a controlada UP Offshore Apoio Marítimo contratou a cessão parcial de direitos creditórios litigiosos, sem regresso, objeto dessas ações. Em razão da cessão de direitos, a UP Offshore recebeu em 4 de julho de 2023 o valor, de R\$100 milhões, preservando, ainda, o direito a participação futura significativamente majoritária no montante efetivamente recuperado dos direitos creditórios cedidos que venha a exceder o valor recebido inicialmente, ajustado nos termos acordados entre as partes da cessão.

O andamento atual dos processos pode ser verificado no quadro de status abaixo:

Embarcação	Valor histórico envolvido	Período	Status
UP Coral	USD 65,4M + R\$33,4M	Mar/2018 a ago/2021	Petrobras foi condenada ao pagamento das taxas diárias decorrentes da rescisão contratual indevida em 1ª e 2ª instância e recorreu ao STJ (*)
UP Turquoise	USD 11,5M + R\$7,2M	Jun/2015 a jan/2017	Transitado em Julgado favoravelmente à UP e iniciada a fase cumprimento de sentença(**)
UP Pearl	R\$16,2M	Set/2015 a nov/2017	Proferida Sentença em 1ª instância condenando a Petrobras ao pagamento das taxas diárias decorrentes da rescisão contratual indevida. Ambas as partes recorreram, sendo a UP com objetivo de discutir a correção monetária e os juros de mora incidentes sobre os valores devidos pela Petrobras
UP Esmeralda	R\$13,7M	Mai/2015 a jul/2017	Proferida Sentença em 1ª instância condenando a Petrobras ao pagamento das taxas diárias decorrentes da rescisão contratual indevida. Ambas as partes recorreram, sendo a UP com objetivo de discutir a correção monetária e os juros de mora incidentes sobre os valores devidos pela Petrobras
UP Amber	R\$13,7M	Set/2015 a ago/2017	Proferida Sentença em 1ª instância condenando a Petrobras ao pagamento das taxas diárias decorrentes da rescisão contratual indevida. Ambas as partes recorreram, sendo a UP com objetivo de discutir a correção monetária e os juros de mora incidentes sobre os valores devidos pela Petrobras.

- (*) A controlada UP Offshore obteve decisões favoráveis em 1ª e 2ª instâncias, e a ação transitou em julgado, uma vez que a Petrobras não apresentou recurso de maneira tempestiva após a publicação do Acórdão em 2ª instância. A Petrobras entendeu que sua intimação pelo Tribunal do Rio de Janeiro apresentou falha de endereçamento, e recorreu à 3ª instância (STJ). Em 25/02/2025 foi publicada decisão monocrática favorável à UP, indeferindo o recurso interposto pela Petrobras. Em 13/03/2025 a Petrobras interpôs novo recurso (Agravo Interno) direcionado ao colegiado, cujo provimento foi negado em 23/06/2025. Após, a Petrobras interpôs novo recurso (Embargos de Divergência), os quais não foram admitidos em 26/02/2026. A decisão foi publicada no Diário Oficial do dia 02/03/2026. Aguarda-se a eventual interposição de recursos pela Petrobras até o dia 23/03/2026.
- (**) A controlada UP Offshore obteve êxito em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, e o processo transitou em julgado. O valor pleiteado pela UP na fase de cumprimento de sentença foi de R\$ 195.807.031,06. A Petrobras impugnou o cumprimento de sentença e depositou o valor de R\$ 114.731.170,65 (incontroverso), requerendo liquidação por arbitramento. O pedido foi indeferido por se tratar de mero cálculo aritmético, decisão contra a qual a Petrobras interpôs recurso em 2ª instância. O valor incontroverso foi levantado e o montante líquido, após dedução de honorários advocatícios, coube integralmente ao adquirente dos direitos creditórios. Em 2ª instância, o recurso interposto pela Petrobras em face da decisão que não determinou a realização de liquidação por arbitramento foi indeferido, motivo pelo qual, a Petrobras interpôs um novo o Recurso, para que a matéria seja dirigida para a 3ª instância (STJ). Em 1ª instância, foi proferido despacho determinando a remessa dos autos à Contadoria Judicial para apuração de valores, na sequência, a UP opôs recurso pedindo a fixação dos parâmetros a serem adotados pela contadoria (como juros, correção monetária e data de conversão do dólar), o qual encontra-se pendente de julgamento.

Política contábil

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) em consequência de um evento passado, seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento

Estimativas e premissas contábeis significativas

Provisão para riscos – A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para riscos, relacionados a causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

23. PARTES RELACIONADAS

23.1. Remuneração dos administradores

Os diretores estatutários compõem o quadro de Administradores da Companhia (pessoal chave).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração diretoria (pró-labore e encargos)	12.937	11.709	6.906	6.813
Bônus diretoria	9.201	9.586	5.379	5.446
Planos de ações ILP – diretoria	11.916	1.913	11.916	1.913
Planos de opções ILP – diretoria	1.367	-	1.367	-
Remuneração Conselho e Comitê de Auditoria	4.150	3.878	4.150	3.878
Remuneração em ações – Conselho (*)	1.767	1.741	1.767	1.741
Total	41.339	28.827	31.485	19.791

(*) 1/3 (um terço) dos honorários totais (que são integralmente fixos) são pagos mediante a entrega de ações de emissão da Companhia, e possuem cláusula de lock-up de três anos.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Incentivos de Longo Prazo (ILP)

A OceanPact possui programas de concessão de ações restritas e de opções como elemento de incentivos de longo prazo que abrangem seus administradores e outros colaboradores apontados pela Administração.

O número de ações que poderão ser entregues em decorrência do 1º Plano de Remuneração baseada em ações, aprovado na Assembleia Geral realizada em 27 de novembro de 2020 é de até 3% do capital social da Companhia. Em 10 de abril de 2025, a Assembleia aprovou o 2º Plano de Remuneração baseada em ações, com limite adicional de 3% do capital social da Companhia para outorga de ações e opções.

Os quadros a seguir apresentam um resumo das ações outorgadas pelo 1º, 3º e 4º programas, bem como o resumo da parcela variável (RAV) e opções outorgadas:

RSU's – parte fixa	Lote	Data da celebração do contrato	Data prevista de transferência das ações	Quantidade de ações relativas as parcelas fixas
1º Programa	-	01/01/2022	Já transferidas	600.000
3º Programa	1	30/06/2022	Já transferidas	876.892
3º Programa	2	30/06/2023	2026	613.745
3º Programa	3	30/06/2024	2027	735.710
4º Programa	1	01/01/2025	2028	1.200.000
4º Programa	2	30/06/2025	2028	873.516

RAV e Opções – parte variável	Lote	Data da celebração do contrato	Tipo	Quantidade de ações ou opções	Preço base (*)	Datas de exercícios da RAV ou opção	Fair Value da RAV ou opção em 31/12/2025
1º Programa	1	01/01/2022	RAV	400.000	5,00	2025 a 2027	2,48
1º Programa	2	01/01/2022	RAV	400.000	7,00	2026 a 2028	1,99
1º Programa	3	01/01/2022	RAV	400.000	11,15	2027 a 2029	1,27
3º Programa	1	30/06/2022	RAV	1.753.783	5,00	2025 a 2027	2,65
3º Programa	2	30/06/2023	RAV	1.227.490	7,00	2026 a 2028	2,13
3º Programa	3	30/06/2024	RAV	1.471.420	8,00	2027 a 2029	2,42
4º Programa	1	01/01/2025	Opções	1.200.000	5,79	2028 a 2031	2,13
4º Programa	2	30/06/2025	Opções	1.326.503	6,24	2028 a 2031	3,56

(*) O preço alvo da RAV é atualizado por IPCA + 5% a.a.

(**) Para os 3º e 4º Programas, existe um período de vesting de 3 anos, condicionado a permanência dos executivos na empresa.

Os contratos relativos ao 1º e ao 3º programa tem uma parcela variável (RAV) que dá direito ao beneficiário de receber um montante calculado de acordo com a fórmula $RAV = 2 \times \text{Parcela Fixa} \times (\text{Preço exercício} - \text{Preço base corrigido})$. O beneficiário poderá realizar um requerimento para receber esse montante no 3º, 4º ou 5º aniversário da data de assinatura de cada Contrato.

O valor justo da RAV foi determinado com base no método Monte Carlo (“MMC”), considerando as condições de mercado, bem como as seguintes premissas:

- a. Para a expectativa de volatilidade utilizou-se dados referentes ao comportamento das ações de empresas comparáveis divulgada pelo Damodaran para diferentes regiões geográficas;
- b. Para a distribuição de dividendos, foi considerado uma premissa de distribuição de proventos em linha com os pares de mercado;
- c. Para a taxa de juros livre de risco foi considerado o logaritmo neperiano das taxas conforme curva futura DI x Pré, divulgada pela B3;

Para o 3º Programa, existe um período de vesting de 3 anos, condicionado a permanência dos executivos na empresa. O valor justo das parcelas fixas do 1º e 3º Programas é apropriado mensalmente durante o período do vesting no resultado com contrapartida no patrimônio líquido, enquanto o valor justo das parcelas variáveis, que serão pagas preferencialmente em dinheiro, é apropriado mensalmente no resultado com contrapartida no passivo.

No que tange ao valor justo das Stock Options do 4º Programa, ele foi determinado com base no modelo Binomial de Hull & White por, de acordo com a norma, refletir melhor condições de exercício antecipado das opções.

Em relação ao 2º Programa, aplicável apenas aos Conselheiros, sua mecânica é mais simples, consiste basicamente no pagamento de parte da remuneração, que é integralmente fixa na forma de ações de emissão da OceanPact, estando essas ações sujeitas a um “lockup” de 3 anos. Até 31 de dezembro de 2025, foram concedidas 876.892 ações no âmbito do 2º Programa.

Política contábil

Os planos podem ser liquidados em dinheiro ou em ações. Para a Parcela Variável, cuja liquidação será feita, preferencialmente, em dinheiro, o custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados, com a correspondente contrapartida acarretando variação no passivo. Para a Parcela Fixa, cuja liquidação será feita em ações, o custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados, com a correspondente contrapartida acarretando variação no patrimônio líquido.

23.2. Resumo de transações com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/25	31/12/24
Cientes (vide nota explicativa nº 6)	5.897	3.985
Compartilhamento de despesas (vide nota explicativa nº 10)	2.906	4.448
Dividendos a receber	5.200	16.986
Outros valores a receber (vide nota explicativa nº 10)	3.023	66
Total saldos ativos com partes relacionadas	17.026	25.485
Fornecedores (vide nota explicativa nº 16)	(32.999)	(10.981)
Empréstimos a pagar	(19.365)	(32.095)
Outras obrigações (vide nota explicativa nº 20)	(930)	(49)
Total saldos passivos com partes relacionadas	(53.294)	(43.125)

Companhias	Controladora					
	31/12/25					
Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Outros valores a receber	Empréstimos a pagar	Fornecedores	Outras obrigações	
OceanPact Navegação	5.733	101	4	(19.365)	(62)	(131)
OceanPact Geociências	-	2.142	-	-	-	(322)
EnvironPact Sustentabilidade	14	233	-	-	(53)	(301)
OPTN	-	-	-	-	(206)	-
Maraú	31	114	-	-	(14.053)	(137)
Grupo UP	93	316	2.026	-	(18.407)	-
Tech	27	-	183	-	(163)	-
Aiuká	-	-	811	-	(55)	-
OML	-	-	-	-	-	(39)
Total	5.897	2.906	3.023	(19.365)	(32.999)	(930)

Companhias	Controladora					
	31/12/24					
Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Outros valores a receber	Empréstimos a pagar	Fornecedores	Outras obrigações	
OceanPact Navegação	3.825	227	-	(32.095)	(62)	(4)
OceanPact Geociências	-	2.479	-	-	(113)	-
EnvironPact Sustentabilidade	36	416	-	-	(235)	-
OPTN	-	-	-	-	(70)	-
Maraú	31	735	66	-	(2.921)	-
SLI	-	52	-	-	-	-
OceanPact Logística	-	1	-	-	-	-
Grupo UP	93	533	-	-	(7.536)	(6)
OML	-	5	-	-	(43)	(39)
Total	3.985	4.448	66	(32.095)	(10.980)	(49)

Companhias	Controladora			
	2025		2024	
	Receitas	Custos e despesas	Receitas	Custos e despesas
OceanPact Navegação	15.440	(365)	6.761	(3.306)
OceanPact Geociências	-	(545)	-	(54)
EnvironPact Sustentabilidade	65	(418)	27	(2.421)
OPTN	-	(1.017)	-	(934)
Maraú	365	(68.660)	366	(5.469)
Grupo UP	1.095	(64.166)	1.098	(57.843)
Aiuká	-	(351)	-	-
Tech	-	(1.563)	-	-
Total	16.964	(137.085)	8.252	(70.027)

Todos os contratos de empréstimos firmados entre a Companhia e suas investidas possuem valor determinado e prazo indeterminado para pagamento, sem incidência de juros. A seguir é apresentada a movimentação dos saldos de empréstimos a pagar e a receber de partes relacionadas, sendo o total com a OceanPact Navegação para utilização do caixa em seus compromissos com terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024:

Empréstimos a pagar a partes relacionadas				
Controladora				
31/12/23	Compensações	31/12/24	Compensações	31/12/25
51.443	(19.348)	32.095	(12.730)	19.365

A Companhia possui contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025, referente a compartilhamento de despesas administrativas com suas investidas EnvironPact Sustentabilidade, OceanPact Geociências, OceanPact Navegação, Grupo Up Apoio e Marauá. Os contratos preveem que a Companhia deve ser reembolsada em um percentual, negociado entre as partes, dos seus gastos administrativos (pessoal, material de escritório etc.), pois suas coligadas se beneficiam de sua estrutura. O saldo a receber das investidas, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$2.906 (R\$4.448 em 31 de dezembro de 2024).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente integralizado, era de R\$803.663 representado por 199.959.554 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	
	Quantidade de ações	Participação (%)
Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade	61.590.904	30,80%
Dynamo - Administração de Recursos	22.942.201	11,47%
Acionistas executivos	18.899.833	9,45%
Hix Capital	16.732.661	8,37%
Organon Capital	10.852.336	5,43%
Ações em tesouraria	612.201	0,31%
Demais ações em circulação	68.329.418	34,17%
Total	199.959.554	100,00%

24.2. Reservas de capital

Representa o ágio gerado no valor de R\$78.701 sobre a emissão de 1.300.627 ações em 2013, subscritas pelo acionista Dyna II Fundo Investimento em Participações, menos os gastos necessários à emissão das novas ações, que somaram R\$2.354.

Em 2014, o acionista Dyna II Fundo Investimento em Participações realizou um aporte adicional de R\$7.242, referente à diferença entre o resultado previsto no momento da avaliação e o resultado efetivo em 31 de dezembro de 2013, conforme previsto em cláusula contratual. Este aporte não representa um aumento de participação acionária do referido acionista e foi reconhecido como reserva de capital de ágio.

O ágio na concessão de ações em tesouraria, no montante de R\$ 7.867 em 31 de dezembro de 2025, registrado na reserva de capital, refere-se à diferença entre o valor de mercado das ações na data de sua entrega e o custo histórico registrado no patrimônio líquido. Adicionalmente, a reserva de capital foi acrescida em R\$ 1.560, em decorrência do reconhecimento contábil da outorga de instrumentos patrimoniais no âmbito do Plano de Opções de Ações (SOP), conforme apuração do valor justo dos instrumentos concedidos.

24.3. Reservas de lucros e distribuição de lucros

- i. Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 ("Lei 6.404/76"), até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder em 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.
- ii. Reserva para investimento: representa o saldo de lucros retidos para investimento na atividade da Companhia, baseado em seu orçamento de capital.

- iii. Distribuição de lucros: aos acionistas é garantido em estatuto, um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal ajustado por eventual constituição de reservas de contingência e as respectivas reversões, conforme aplicável, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ao fim do exercício, em 31/12/2025, a Companhia destinou o montante de R\$4.844 de dividendos mínimos obrigatórios a pagar. Adicionalmente, a Companhia registrou dividendos propostos de R\$14.532 a serem deliberados em assembleia.

Conciliação	Saldo 2025
Prejuízo acumulado	(85.094)
Lucro líquido 2025	105.489
Saldo lucros acumulados	20.395
Destinação reserva legal – 5%	1.020
Dividendos obrigatórios – 25%	4.844
Dividendos adicionais propostos	14.532

24.4. Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em aberto durante o período, excluindo as mantidas em tesouraria.

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

	2025	2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	105.489	(15.598)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (menos ações em tesouraria)	198.654.746	198.527.142
Resultado por ação básico (em R\$)	0,5310	(0,0786)
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	105.489	(15.598)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o resultado diluído	199.266.947	200.230.763
Resultado por ação diluído (em R\$)	0,5294	(0,0779)

24.5. Outros resultados abrangentes

Em conformidade com o disposto no CPC 02 (R2) Efeitos das Mudanças de Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras, equivalente à IAS 21, que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de “Ajustes acumulados de conversão”, decorrente da conversão das informações financeiras de suas controladas no exterior e da conversão dos respectivos ágios oriundos das suas aquisições, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta rubrica era credor em R\$95.816, tendo saldo credor de R\$186.556 em 31 de dezembro de 2024. Essa variação deve-se, principalmente, pelas variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nas principais moedas funcionais das controladas, diferentes do Real.

24.6. Ações em tesouraria e plano de ações

Em 13 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra autorizando a aquisição de até 5.998.787 ações ordinárias de sua própria emissão, correspondentes a 3% de seu capital social total.

O programa de recompra tem por objetivo permitir a aquisição de ações para atender a obrigações da Companhia no âmbito de seu Plano de Remuneração Baseado em Ações e terá duração de dezoito meses, encerrando-se em 13 de novembro de 2025.

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia recomprou um total de 753.700 ações.

	31/12/25	31/12/24
Ações em tesouraria	(2.178)	(6.053)
Concessões Plano RSU	14.633	6.753
Total ações em tesouraria e plano de ações	12.455	700
Quantidade de ações em tesouraria	612.201	1.703.621
Custo médio por ação	3,56	3,55

25. RECEITA

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Serviços prestados no país	2.397.473	1.904.633	1.795.899	1.456.168
Serviços prestados no exterior	2.189	25.107	2.189	22.672
Receita de vendas de mercadorias	57	-	-	-
Receita Bruta	2.399.719	1.929.740	1.798.088	1.478.840
Tributos sobre receita (*)	(265.802)	(208.682)	(193.946)	(157.481)
Receita Líquida	2.133.917	1.721.058	1.604.142	1.321.359

(*) Referente aos tributos incidentes sobre a receita, sendo 7,6% referente à COFINS, 1,65% ao PIS e 2% a 5% ao ISS sobre os serviços prestados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os principais clientes da Companhia foram a Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., a BW Energy Maromba do Brasil Ltda e a Saipem do Brasil, responsáveis por 72% da receita bruta do consolidado. O cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 53% do total da receita bruta consolidada e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.), representou 57% da receita bruta do consolidado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os principais clientes da Companhia foram a Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., a BW Energy Maromba do Brasil Ltda e a Equinor Brasil Energia LTDA, responsáveis por 74% da receita bruta do consolidado. O cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 60% do total da receita bruta consolidada e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.), representou 64% da receita bruta do consolidado.

Política contábil

Receita de serviços – A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos incidentes, sendo registrada quando prestam o serviço ao cliente.

A Companhia e suas controladas fornecem serviços para terceiros, que são reconhecidos como obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. A receita é reconhecida para esses serviços com base no estágio de conclusão do contrato, quando aplicável, sendo o estágio de conclusão determinado como a proporção do período total esperado para prestação do serviço.

26. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: (i) embarcações e (ii) serviços.

O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas de resultado tais como resultado financeiro, tributos sobre o lucro, além das contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

As principais informações sobre resultado por segmento de negócio, estão resumidas a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	Embarcação	Serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	1.325.975	833.141	(25.199)	2.133.917
Custo dos serviços	(1.092.125)	(493.199)	25.199	(1.560.126)
Lucro bruto	233.850	339.942	-	573.791
Despesas gerais e administrativas	(147.033)	(104.283)	-	(251.315)
Outras receitas e despesas operacionais,	7.402	(1.454)	-	5.948
EBIT	94.219	234.205	-	328.424
(+) Depreciação e amortização	(278.139)	(45.882)	-	(324.022)
EBITDA	372.358	280.088	-	652.446
Depreciação e amortização				(324.022)
Resultado financeiro				(186.324)
Tributos sobre o lucro				(36.625)
Lucro do exercício				105.476
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Embarcação	Serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	1.110.658	613.211	(2.811)	1.721.058
Custo dos serviços	(912.745)	(349.209)	2.811	(1.259.143)
Lucro bruto	197.912	264.194	-	461.915
Despesas gerais e administrativas	(116.157)	(74.406)	-	(190.553)
Outras receitas e despesas operacionais,	7.536	623	-	8.159
EBIT	89.292	190.219	-	279.511
(+) Depreciação e amortização	225.959	32.766	-	258.725
EBITDA	315.251	222.985	-	538.236
EBITDA				538.236
Depreciação e amortização				(258.723)
Resultado financeiro				(267.985)
Tributos sobre o lucro				(27.124)
Prejuízo do exercício				(15.598)

A Companhia e suas controladas estão presentes nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Noruega, México, Holanda, Ilhas Cayman e Reino Unido. Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto a seguir:

Receita líquida consolidada	2025	2024
Brasil	2.109.022	1.695.951
Outros países	24.895	25.106
Total	2.133.917	1.721.057
Ativos não circulantes consolidado	31/12/25	31/12/24
Brasil	1.322.054	1.173.508
Outros países	856.612	850.625
Total	2.178.666	2.024.133

27. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(769.803)	(613.811)	(531.639)	(434.962)
Aluguéis e afretamentos	(94.779)	(66.005)	(177.770)	(129.617)
Depreciação e amortização (*)	(307.064)	(249.214)	(187.003)	(126.588)
Viagens, transportes e refeições	(74.282)	(64.349)	(43.742)	(39.928)
Serviços de terceiros	(247.776)	(185.303)	(167.181)	(128.655)
Insumos e manutenção	(265.944)	(229.487)	(161.419)	(134.785)
Outros custos e despesas	(51.794)	(41.537)	(19.279)	(22.859)
Total	(1.811.441)	(1.449.706)	(1.288.035)	(1.017.394)
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	(1.560.126)	(1.259.143)	(1.092.635)	(880.275)
Despesas gerais e administrativas	(251.315)	(190.563)	(195.400)	(137.120)
Total	(1.811.441)	(1.449.706)	(1.288.035)	(1.017.395)

(*) Custos de depreciação inclui créditos de PIS e COFINS no valor de R\$9.263 na controladora e R\$ 16.958 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$5.929 na controladora e R\$10.172 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Multas contratuais - clientes	(15.645)	(9.197)	(5.927)	(15.593)
Indenizações - Seguros	13.953	2.235	7.289	-
Ganhos na venda de imobilizado	(877)	2.276	(147)	2.289
Reversão de provisões trabalhistas	-	11.372	-	-
Provisão/reversão crédito de liquidação duvidosa	(9.908)	(556)	(10.834)	(593)
Indenização de arbitragem	9.788	-	9.788	-
Outras receitas e despesas operacionais	8.637	2.029	2.508	162
Total	5.948	8.159	2.677	(13.735)

Política contábil

Reconhecimento de despesas – As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são ativadas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

29. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Rendimentos de aplicações financeiras	52.772	28.987	45.459	23.744
Juros	10.356	5.292	7.704	2.433
Outras receitas	2.241	2.446	1.114	1.302
Receitas Financeiras	65.369	36.725	54.277	27.478
Juros e encargos bancários	(255.329)	(183.564)	(250.581)	(177.810)
Juros e encargos - arrendamentos	(9.247)	(4.661)	(23.977)	(22.929)
Outras despesas	(17.281)	(13.666)	(12.195)	(9.863)
Despesas Financeiras	(281.858)	(201.891)	(286.753)	(210.602)
Variações cambiais, líquidas (*)	30.165	(102.819)	13.835	(38.139)
Resultado líquido financeiro	(186.324)	(267.985)	(218.641)	(221.263)

(*) A partir do exercício de 2025, a Companhia apresenta o resultado da variação cambial pelo líquido, visando uma melhor apresentação do seu resultado financeiro.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores contabilizados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão discriminados a seguir.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	142.100	11.526	137.499	10.409
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota vigente	(48.314)	(3.919)	(46.750)	(3.539)
Efeito sobre equivalência patrimonial	-	-	22.235	(22.082)
Efeito sobre prejuízo fiscal não reconhecido	(3.156)	(21.799)	-	-
Prejuízo fiscal reconhecido de anos anteriores	27.411	-	-	-
Compensação de prejuízo fiscal	(11.859)	-	(11.609)	-
Efeito proveniente de benefícios fiscais	3.332	-	3.332	-
Efeito sobre gratificação a diretores	(933)	-	(898)	-
Efeito sobre outros saldos	(3.106)	(1.406)	1.680	(385)
IRPJ e CSLL	(36.625)	(27.124)	(32.010)	(26.006)
Correntes	(37.318)	(19.000)	(22.395)	(11.168)
Diferidos	693	(8.124)	(9.615)	(14.838)

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes – O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício apurado com base na legislação em vigor. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A Administração entende que os saldos de contas a receber e a pagar entre partes relacionadas e o saldo de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, este último atrelado ao dólar, possuem condições pactuadas que são específicas para esta natureza de transação e assim sendo julgam que os saldos contábeis se aproximam de seus valores justos. Os saldos de empréstimos com bancos privados são pactuados a taxas de mercado vigentes vinculadas ao CDI e TJLP, conforme o caso e, portanto, refletem o valor atual de mercado. Os valores justos dos demais instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas se aproximam de seus respectivos valores contábeis considerando as suas naturezas, prazos de vencimento e expectativas de perdas.

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

Instrumento Financeiro	Categoria e forma de mensuração
Caixa e bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Custo amortizado
Clientes	Custo amortizado
Empréstimos a partes relacionadas	Custo amortizado
Outros valores a receber, exceto despesas antecipadas	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado
Credores por financiamento	Outros passivos ao custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos ao custo amortizado
Debêntures a pagar	Outros passivos ao custo amortizado
Passivo de arrendamento	Outros passivos ao custo amortizado
Empréstimos de partes relacionadas	Outros passivos ao custo amortizado

a) Risco de taxa de câmbio

A OceanPact possui instrumentos financeiros passivos que podem gerar impacto nos fluxos de caixa futuros advindos de alterações significativas das taxas de câmbio do dólar norte americano em relação ao real. Estas operações estão concentradas em arrendamentos, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com maior destaque para esta última que possui saldo a pagar relevante.

De forma a se proteger das variações passivas apontadas anteriormente, a OceanPact ao celebrar contratos com a Petrobras atrela parte da receita à variação do dólar norte americano, sendo o valor variável de acordo com as necessidades identificadas. A Administração monitora as evoluções nas taxas cambiais e os possíveis impactos das mesmas sobre suas operações.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros sobre suas aplicações financeiras atreladas ao CDI e sobre determinados saldos passivos de empréstimos e financiamentos, atrelados à CDI e TJLP, conforme o caso, e a Administração monitora os patamares e expectativas da taxa CDI e da TJLP e os possíveis impactos sobre suas operações.

c) Risco de mercado

Em termos consolidados, o cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 53% do total da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.), representou 57% da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

d) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (não descontado):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Até 1 ano	134.863	103.375	122.307	65.495
Fornecedores	134.863	103.375	122.307	65.495
Até 1 ano	170.302	57.556	144.812	27.491
De 1 a 2 anos	170.302	87.421	144.812	41.755
De 2 a 5 anos	276.858	193.584	196.177	92.463
Empréstimos e financiamentos	617.462	338.561	485.801	161.708
Até 1 ano	94.683	200.000	94.683	200.000
De 1 a 2 anos	465.182	608.333	465.182	608.333
De 2 a 5 anos	613.381	250.665	613.381	250.665
Debêntures a pagar	1.173.247	1.058.998	1.173.247	1.058.998
Até 1 ano	20.235	4.260	32.640	63.595
De 1 a 5 anos	30.997	14.242	25.323	72.169
Após 5 anos	61.991	55.084	16.648	55.084
Passivo de arrendamentos	113.223	73.586	74.611	190.847

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, os empréstimos com partes relacionadas possuem prazo indeterminado e, portanto, não foram incluídos no demonstrativo acima.

e) Tabelas de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste demonstrativo, assumindo que os valores dos ativos e passivos a seguir estivessem em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

Variação Cambial - USD

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$8.303 a pagar a fornecedores estrangeiros atrelado ao dólar. Para fins de consolidado, a OceanPact possuía saldos passivos atrelados ao dólar de fornecedores estrangeiros a pagar de R\$ 19.804 e financiamentos junto ao BNDES de R\$462.269. Esses valores a pagar referente a fornecedores, passivo de arrendamento e financiamento junto ao BNDES são atrelados ao dólar norte-americano, convertidos para reais à taxa vigente.

Os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando o encerramento do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir, tendo como expectativa de mercado dados do boletim Focus (BACEN) divulgado em 23 de fevereiro de 2026.

Consolidado - 31/12/25	Saldo em R\$	Saldo em USD mil
Operações		
Fornecedores	19.804	3.599
Empréstimos e financiamentos	462.269	84.012

Consolidado	31/12/25	Cenários		
		Provável	25%	50%
Varição de moeda				
Dólar norte-americano	5,50	5,45	6,81	8,18
Impacto no resultado				
Fornecedores		(189)	4.706	9.637
Empréstimos e financiamentos		(4.402)	109.854	224.951
Despesa (receita)		(4.591)	114.560	234.588

Controladora - 31/12/25	Saldo em R\$	Saldo em USD mil
Operações		
Fornecedores	8.303	1.509
Empréstimos e financiamentos	305.117	55.452

Controladora	31/12/25	Cenários		
		Provável	25%	50%
Varição de moeda				
Dólar norte-americano	5,50	5,45	6,81	8,18
Impacto no resultado				
Fornecedores		(79)	1.973	4.040
Empréstimos e financiamentos		(2.906)	72.509	148.477
Despesa (receita)		(2.985)	74.482	152.517

Taxa de juros - CDI

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem saldos ativos e passivos consolidados atrelados à taxa CDI, compostos basicamente por títulos e valores mobiliários, equivalentes de caixa, debêntures e empréstimos e financiamentos.

Os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando o encerramento do exercício social de 2025, contendo tal análise, estão demonstrados a seguir, tendo como expectativa de mercado dados do boletim Focus (BACEN) divulgado em 23 de fevereiro de 2026.

Consolidado	Saldo em 31/12/25	Indexador
Operações		
Equivalentes de Caixa	31.666	100% CDI
Títulos e valores mobiliários	688.626	100% CDI
Debêntures a pagar	1.247.078	CDI + 5,28% a.a (*)
Empréstimos e financiamentos	218.498	CDI + 3,91% a.a (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados ao CDI.

Consolidado	31/12/25	Cenários		
		Provável	25%	50%
Varição de taxa de juros				
CDI	100% CDI	15,00% x 100%	11,25% x 100%	7,50% x 100%
Equivalentes de caixa	31.666	(4.750)	(3.562)	(2.375)
Títulos e valores mobiliários	688.628	(103.294)	(77.470)	(51.647)
Despesa (receita)		(108.044)	(81.032)	(54.022)

Consolidado	Cenários			
	31/12/25	Provável	25%	50%
Varição de taxa de juros				
CDI	CDI + 5,28%	15,00% + 5,28%	18,75% + 5,28%	22,50% + 5,28%
Debêntures a pagar	1.247.078	252.907	299.673	346.438
Despesa		252.907	299.673	346.438
CDI	CDI + 3,91%	15,00% + 3,91%	18,75% + 3,91%	22,50% + 3,91%
Empréstimos e financiamentos		41.318	49.512	57.705
Despesa		41.318	49.512	57.705
Efeito líquido total exposição CDI		186.181	268.153	350.121

Controladora	Saldo em 31/12/25	Indexador
Operações		
Equivalentes de Caixa	162	100% CDI
Títulos e valores mobiliários	596.575	100% CDI
Debêntures a pagar	1.247.078	CDI + 5,28% a.a (*)
Empréstimos e financiamentos	218.498	CDI + 3,91% a.a (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados ao CDI.

Controladora	Cenários			
Varição de taxa de juros	31/12/25	Provável	25%	50%
CDI	100% CDI	15,00% x 100%	11,25% x 100%	7,50% x 100%
Equivalentes de Caixa	162	(24)	(18)	(12)
Títulos e valores mobiliários	596.575	(89.486)	(67.115)	(44.743)
Despesa (receita)		(89.510)	(67.133)	(44.755)

Controladora	Cenários			
Varição de taxa de juros	31/12/25	Provável	25%	50%
CDI	CDI + 5,28%	15,00% + 5,28%	18,75% + 5,28%	22,50% + 5,28%
Debêntures a pagar	1.247.078	252.907	299.673	346.438
Despesa		252.907	299.673	346.438
CDI	CDI + 3,91%	15,00% + 3,91%	18,75% + 3,91%	22,50% + 3,91%
Empréstimos e financiamentos		41.318	49.512	57.705
Despesa (receita)		41.318	49.512	57.705
Efeito líquido total exposição		204.715	282.052	359.388

Taxa de juros - TJLP

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem saldos passivos consolidados atrelados à TJLP, compostos basicamente por empréstimos e financiamentos. Tais saldos, em 31 de dezembro de 2024 apresentam uma exposição passiva de R\$11.152 na controladora e no consolidado.

Com base na divulgação pelo BNDES foi obtida o valor atual da TJLP de 9,07%, sendo este definido como cenário provável. A partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos, sempre deteriorados.

Consolidado e Controladora	Saldo em 31/12/25	Indexador
Operações		
Empréstimos e financiamentos	11.152	TJLP

Consolidado e Controladora	31/12/25	Cenários		
		Provável	25%	50%
Varição de taxa de juros				
TJLP	TJLP	9,07%	11,34%	13,61%
Empréstimos e financiamentos	11.152	1.011	1.264	1.517
Despesa		1.011	1.264	1.517

Política contábil

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Ativos financeiros – A OceanPact classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Passivos financeiros – Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado.
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos - “Hedge Accounting” – Nos últimos exercícios, a OceanPact contratou instrumento financeiro derivativo a termo através da operação de ‘Non Deliverable Forward’ (NDF). Essa operação se qualifica para contabilização de “hedge” e visa mitigar os efeitos da variação cambial no resultado operacional da Companhia através da proteção de uma parcela de seu faturamento oriundo de contratos já firmados com seus clientes e altamente prováveis de realização. Na data de vencimento, a liquidação é dada pela diferença entre a taxa a termo contratada e a taxa de mercado definida como referência. Tem-se com esta operação o objetivo de eliminar, parcialmente, o impacto da variação das receitas atreladas ao dólar na geração de caixa operacional, trazendo maior previsibilidade aos fluxos de caixa da Companhia.

A operação contratada foi designada no momento inicial como “hedge de fluxo de caixa”, sendo reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até o momento da sua liquidação. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes serão transferidos para a demonstração do resultado quando a transação objeto de “hedge” afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa objeto de “hedge” for reconhecida.

Compensação de instrumentos financeiros – Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado somente se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Estimativas e premissas contábeis significativas

Valor justo de instrumentos financeiros – Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas técnicas se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar os valores justos apresentados dos instrumentos financeiros.

Mensurações do valor justo e processos de avaliação – Alguns dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas podem ser mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, são usados dados observáveis do mercado na medida em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, outras técnicas de avaliação são utilizadas e informações adequadas ao modelo.

Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em combinações de negócio têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de tais valores justos. A contraprestação contingente em combinações de negócios e ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação são particularmente sensíveis a mudanças em um ou mais dados observáveis considerados razoavelmente possíveis no próximo exercício.

32. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar seguros em montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2025, as principais apólices de seguro contratadas com terceiros que a Companhia e suas controladas possuem são as seguintes:

Natureza do seguro / item segurado	Seguradora	Vigência até (a)	Valor segurado
Embarcações (Casco e máquina)	Fairfax Brasil	Jun/2026	USD 429.227
Embarcações (Clube P&I (b))	West of England	Nov/2026	USD 8.900 milhão
Responsabilidade civil	Fairfax Brasil	Jun/2026	Até R\$ 40.000
D&O Administradores	Ezze	Abr/2026	Até R\$ 70.000
RC Offshore	Fairfax	Jul/2026	USD 15.000
ROV e Glider	Fairfax	Mar/2026	USD 38.689
Seguros patrimoniais escritórios	Avla	Mar/2027	R\$ 21.545
Seguros patrimoniais bases	Sombrero	Out/2026	R\$ 159.000

- (a) As apólices de seguro contratadas pela OceanPact são renovadas anualmente.
- (b) Seguro de responsabilidade civil relacionado a frota, com cobertura de sinistro no valor máximo indenizável de, aproximadamente, R\$49 bilhões (US\$8,9 bilhões), limitado a, aproximadamente, R\$5,5 bilhões (US\$1 bilhão) para danos ambientais envolvendo poluição.

33. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As transações apresentadas a seguir não envolveram caixa nos períodos apresentados:

- No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia compensou o valor de R\$16.986 de dividendos a receber com faturas em aberto no contas a pagar da UP Offshore.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia compensou o valor de R\$12.730 de empréstimos a pagar com faturas em aberto a pagar da OceanPact Navegação.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 27 de fevereiro de 2026, conforme divulgação ao mercado realizada nesta mesma data, OceanPact e Grupo CBO celebraram Acordo voltado a implementar uma operação de Combinação de Negócios das Companhias por meio da incorporação da CBO Holding pela OceanPact.

A CBO é uma sociedade holding que, em conjunto com suas controladas, opera uma frota de 45 embarcações. Assim, a Combinação de Negócios representa uma importante oportunidade de geração de valor para os acionistas de ambas as Companhias, resultando na criação da plataforma de embarcações e serviços mais completa do Brasil.

A Combinação de Negócios resultará na incorporação da CBO pela OceanPact, com a sua extinção e a sucessão, em todos os seus bens, direitos e obrigações, pela OceanPact. Como resultado da incorporação da CBO, deverão ser emitidas, em favor dos acionistas da CBO, 274.551.446 novas ações ordinárias de emissão da OceanPact, de modo que os acionistas da CBO passem a deter ações ordinárias representativas de 57,86% (cinquenta e sete vírgula oitenta e seis por cento) do capital social total da OceanPact.

A Relação de Substituição da Incorporação da CBO foi livremente negociada entre as administrações da OceanPact e da CBO, com o apoio de seus respectivos assessores externos, levando-se em consideração o valor econômico de ambas as Companhias.

Como premissa da Combinação de Negócios, as Companhias e os Acionistas Signatários acordaram segregar os ativos contingentes relacionados a disputas judiciais em andamento em que se discutem direitos creditórios da controlada UP Offshore (vide nota explicativa 22), de modo a garantir que eventuais benefícios econômicos delas decorrentes sejam auferidos exclusivamente por aqueles que sejam acionistas da OceanPact previamente à conclusão da Combinação de Negócios.

Desse modo, tais ativos contingentes não foram considerados na Relação de Substituição da Incorporação da CBO, devendo ser implementada uma reorganização societária envolvendo a OceanPact e uma subsidiária integral (OceanPact Participações S.A), que consistirá em uma cisão parcial da OceanPact, com a subsequente incorporação da parcela cindida, consistente em determinadas quotas da UP Offshore, pela OceanPact Participações S.A., mediante a emissão de novas ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis a serem subscritas pelos administradores da OceanPact por conta e em nome dos acionistas da OceanPact na Data de Fechamento da transação.

O resgate compulsório e automático da totalidade das ações preferenciais da OceanPact Participações se dará mediante o pagamento de uma parcela à vista, no valor de R\$ 0,01 (um centavo) por cada ação preferencial resgatada, e uma parcela futura e contingente a ser apurada de acordo com os valores que venham a ser efetivamente recebidos pela UP Offshore ou por suas sucessoras em decorrência dos Processos UP. Como ato subsequente ao Resgate, a OceanPact Participações será incorporada pela OceanPact.

Após essa reorganização, na mesma data do fechamento da transação, ocorrerá a incorporação da CBO Holding pela OceanPact, resultando na extinção da CBO Holding, com a sucessão, em todos os seus bens, direitos e obrigações, pela OceanPact.

Os termos e condições de cada uma dessas etapas encontram-se refletidos no Acordo de Associação e no Instrumento Particular de Protocolo e Justificação da Transação, celebrados nesta data entre a OceanPact e a CBO, em conjunto com novo Acordo de Acionistas celebrado entre Flavio Andrade (“Flavio”) e acionistas da CBO (Vinci, Patria e BNDES), que vinculará ao Acordo 67,5% das ações da Companhia após a consumação da Operação, a fim de disciplinar, entre outras matérias, as regras e procedimentos aplicáveis ao exercício do direito de voto e de determinados direitos patrimoniais dos seus signatários, bem como, durante os 2 (dois) primeiros anos contados da consumação da Operação, do exercício conjunto do poder de controle da Companhia.

Nos termos dos instrumentos celebrados, a Operação está sujeita à verificação de determinadas condições suspensivas, incluindo a sua aprovação pelo CADE, pelos credores e pelas assembleias gerais extraordinárias das Companhias, convocadas para serem realizadas em 30 de março de 2026.

Com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Pro Forma na data base de 30 de setembro de 2025, segue abaixo uma estimativa preliminar da contraprestação a ser transferida pela Oceanpact à CBO:

	Em 30 de setembro de 2025
Número de ações da OceanPact a serem emitidas em contraprestação da aquisição da CBO	274.551.446
Multiplicado pelo valor de mercado das ações da OceanPact (*) (em Reais)	<u>7,67</u>
Valor justo da contraprestação estimada a ser transferida	<u>2.105.810</u>

(*) Representa o valor justo das ações da Oceanpact em 30 de setembro de 2025.

O valor da contraprestação a ser transferida é suscetível a alterações no valor de mercado das ações que possam ocorrer até a data de fechamento efetivo da operação. Eventuais mudanças na cotação de mercado das ações poderão alterar o valor da contraprestação transferida e resultado da alocação do preço de aquisição.

A Oceanpact realizou uma análise preliminar de avaliação do valor justo dos ativos e passivos da CBO incluídos na combinação de negócios, baseada em informações disponíveis à data das informações financeiras pro forma.

Desta forma, considerando como se aquisição tivesse ocorrido em 30 de setembro de 2025, com base nos valores justos estimados para os ativos adquiridos e passivos assumidos, e o valor justo da contraprestação transferida, foi identificada uma compra vantajosa de R\$ 1.625 que, líquida dos impostos diferidos, teria impactado positivamente o resultado da Companhia em R\$ 1.072, conforme demonstrado a seguir:

Em 30 de setembro de 2025	Mais (menos) valias
Preço de aquisição (contraprestação)	2.105.810
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos CBO	<u>2.107.435</u>
Ganho de compra vantajosa	(1.625)
Despesa com impostos diferidos	<u>553</u>
Resultado líquido de compra vantajosa	<u>(1.072)</u>

Considerando o fato de que a Operação ainda não foi concluída, e que o valor da contraprestação será definido com base na cotação da ação da Oceanpact na data da aquisição (data do fechamento da Operação), o valor resultante da Operação de ágio ou ganho por compra vantajosa pode ser impactado de forma relevante até que a Operação seja finalizada.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

CNPJ/ME Nº
09.114.805/0001-30NIRE
333.0031011-8

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA
E COMPLIANCE INICIADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2026,
SUSPENSA E RETOMADA EM 02 DE MARÇO DE 2026**

1. DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO: Esta Reunião do Comitê de Auditoria e *Compliance* é realizada remotamente, com participação de seus membros por videoconferência, nos termos da Cláusula 4.10 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e *Compliance* ("Regimento Interno" e "Comitê") da OceanPact Serviços Marítimos S.A. ("OceanPact" ou "Companhia"), tendo sido iniciada no dia 23 de fevereiro de 2026, às 10:30 horas, suspensa e retomada em 02 de março de 2026, às 17:00hs.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Reunião devidamente convocada, nos termos do Regimento Interno, registrada a presença da totalidade dos membros do Comitê. Presentes, também, a convite do Coordenador do Comitê, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Eduardo de Toledo; integrantes da área financeira (Fabio Beildeck, Gerente Sênior de Controladoria; Jessica Toledano, Gerente de Controladoria; Alexandre, Analista de Controladoria; Jorge Soares e Ericka Gonçalves, Contadores) e a Sra. Vanessa Azevedo e o Sr. Diego Wailer, representantes da Deloitte Touche Tohmatsu, auditor independente da Companhia.

3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Marcus Vinícius Dias Severini, que convidou o Sr. Thiago Borges Paes de Lima para secretariá-lo.

4. ORDEM DO DIA: (i) analisar e opinar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 ("DFs 2025") e (ii) discutir e deliberar sobre o Relatório Anual resumido de Atividades e Conclusões do Comitê, referente ao ano de 2025 ("Relatório Anual").

5. APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO: Devidamente esclarecida a matéria da ordem do dia, o Sr. Marcus Vinícius Severini, concedeu a palavra ao Sr. Eduardo de Toledo ("EDT"), na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, que convidou convidou o Fabio Beildeck ("FB") que fez um resumo sobre as questões operacionais de maior destaque e relevância referentes ao ano de 2025.

Posteriormente foi passada a palavra para o Sr. Diego Wailer, sócio da

Auditoria Externa, que convidou a Sra. Vanessa Azevedo, que apresentaram o Plano de Trabalho atualmente seguido pela Deloitte Touche Tohmatsu, conforme material da apresentação que ficará arquivada na sede da Companhia e informaram que até o momento não foi identificado nenhum ponto de atenção que limite a emissão limpa do relatório de auditoria das DFs 2025. Após os demais esclarecimentos e discussões sobre a matéria constante da ordem do dia, os membros do Comitê de Auditoria e Compliance, resolveram:

5.1. Suspender a reunião até às 17 horas do dia 02 de março de 2026, quando será devidamente retomada, pois consideraram que os trabalhos para emissão do relatório de revisão das DFs 2025 ainda não estão totalmente concluídos, conforme fora esclarecido pelos membros da Auditoria Externa e a Diretoria Financeira da Companhia.

5.2. Retomada a Reunião, após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Financeira da Companhia, e tendo os representantes dos auditores externos disponibilizados o *draft* final do parecer sobre as DFs 2025 que será emitido, após aprovação pelo Conselho de Administração, sem ressalvas, os membros do Comitê, pela unanimidade, **(i)** opinam que as referidas demonstrações financeiras refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e recomendam a manifestação favorável pelo Conselho de Administração da Companhia em relação aos referidos documentos, nos termos previstos no Anexo I à presente ata e **(ii)** aprovam o Relatório Anual resumido referente ao exercício social de 2025, a ser apresentado junto às DFs 2025, conforme disposto na alínea (p) do art. 3.1 do Regimento Interno do Comitê e no art. 22, §1º do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, nos termos do Anexo I à presente ata.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata. Nos termos do Regimento Interno do

Comitê de Auditoria e *Compliance*, consigna-se a participação da totalidade dos membros por meio eletrônico, que manifestaram sua concordância com os termos da presente ata. Membros do Comitê de Auditoria presentes: Ana Maria Siqueira Dantas, Luis Claudio Rapparini Soares e Marcus Vinícius Dias Severini (Coordenador).

Rio de Janeiro, 02 de março de 2026.

Mesa:


Marcus Vinicius Dias Severini
8808

Marcus Vinícius Dias Severini
Presidente


Thiago Borges Paes De Lima
8659

Thiago Borges Paes de Lima
Secretário

Membros do Comitê de Auditoria e Compliance:


Marcus Vinicius Dias Severini
8808

Marcus Vinícius Dias Severini
Coordenador do Comitê de Auditoria e
Compliance


Ana Maria Siqueira Dantas
8807

Ana Maria Siqueira Dantas
Membro Independente do Comitê de
Auditoria e *Compliance*


Luis Rapparini
2163

Luis Claudio Rapparini Soares
Membro Independente do Comitê de
Auditoria e *Compliance*



Companhia aberta

CNPJ 09.114.805/0001-30

ANEXO I

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE
AUDITORIA E COMPLIANCE

Composição do Comitê

Em conformidade com o seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact ("Comitê") é atualmente composto por 3 (três) membros, todos independentes, sendo um membro externo (Sr. Marcus Vinícius Dias Severini) e dois membros independentes do Conselho Administração (Sra. Ana Maria Siqueira Dantas e Sr. Luis Claudio Rapparini Soares). Vale notar, ainda, que o Sr. Marcus Vinícius Dias Severini, Coordenador do Comitê, possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos do art. 22, V, 'b', do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e da Resolução CVM nº 23/21.

Os membros atuais do Comitê foram eleitos pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2024 para mandatos unificados que se estenderão até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária de 2026 que deliberará sobre as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Atribuições do Comitê

O Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact é um órgão estatutário de caráter permanente de assessoramento ao Conselho de Administração, tendo como objetivo assessorar o Conselho de Administração na supervisão: (i) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) do cumprimento pela Companhia de requisitos legais e regulatórios atinentes ao escopo de sua atuação; (iii) das qualificações e independência do auditor independente; (iv) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes; (v) da gestão de riscos; e (vi) do programa de compliance.

As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno bem como pelo disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, inclusive no Regulamento do Novo Mercado e na Resolução CVM nº 23/21. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Principais temas das reuniões do Comitê

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos no ano anterior, o Comitê se reuniu em 14 ocasiões e conduziu sua atuação no ano de 2025 na supervisão contínua das demonstrações financeiras, da auditoria independente, da auditoria interna, da área de compliance, riscos e controles internos, bem como no acompanhamento de temas estratégicos e operacionais relevantes.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

1) Supervisão da qualidade e integridade dos relatórios financeiros e do desempenho, das qualificações e independência do auditor independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é a empresa de auditoria independente responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto à sua conformidade em relação à posição patrimonial e financeira da Companhia, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards - IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. No âmbito da supervisão das atividades da auditoria independente e do monitoramento da qualidade e da integridade das informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia, destacamos as seguintes atividades realizadas:

- Examinou e discutiu as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de

dezembro de 2024, bem como o Relatório da Administração, deliberando pela recomendação favorável ao Conselho de Administração.

- Acompanhou e analisou as Informações Trimestrais – ITR referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres de 2025, realizando reuniões com a Diretoria Financeira e com os representantes da auditoria independente.
- Discutiu os principais critérios contábeis adotados, estimativas relevantes e julgamentos críticos apresentados pela Administração.
- Recebeu confirmação formal quanto à independência do auditor independente.
- Conduziu a avaliação anual de desempenho do Comitê, nos termos das práticas de governança da Companhia, promovendo discussão acerca de seu funcionamento e de suas atividades no exercício anterior.
- Realização de reuniões periódicas com integrantes das áreas financeira e de controladoria da Companhia, bem como com os auditores independentes, para analisar as políticas e práticas contábeis e financeiras críticas adotadas, além de verificar a evolução de eventuais sugestões de melhorias nos controles internos identificadas pelos auditores independentes em sua carta de Controles Internos.

2) Supervisão do cumprimento pela Companhia de requisitos legais e regulatórios atinentes ao escopo de sua atuação

No âmbito da supervisão do cumprimento, pela Companhia, de requisitos legais e regulatórios atinentes ao escopo de sua atuação, destacamos as seguintes atividades realizadas:

- Monitoramento e acompanhamento do fluxo estruturado de apuração e comunicação dos relatos do Canal de Denúncias.
- Acompanhamento do status dos relatos recebidos pelo Canal de Denúncias.

3) Supervisão da gestão de riscos e Controles Internos

No período analisado, o Comitê:

- Acompanhou as atividades da área de Compliance, Riscos e Controles Internos, tendo recebido apresentações e reportes acerca da matriz de riscos corporativos e de sua evolução.
- Discutiu os principais riscos identificados pela Administração, bem como o respectivo enquadramento no apetite a riscos da Companhia, avaliando-se sua aderência à estratégia e ao contexto operacional vigente, tomando conhecimento das medidas de mitigação adotadas e do monitoramento contínuo realizado pelas áreas responsáveis.
- Acompanhou a execução do Plano Anual de Auditoria Interna, incluindo os relatórios emitidos e o status de implementação das recomendações formuladas, entendendo que tais atividades contribuem para o fortalecimento do ambiente de controles e para a mitigação de riscos operacionais e financeiros.

Com base nas informações apresentadas no período, o Comitê manteve o acompanhamento regular da estrutura de gestão de riscos e controles internos, sem registro de apontamentos que demandassem recomendação específica ao Conselho de Administração.

4) Supervisão da área de Compliance

No período analisado, o Comitê:

- Recebeu reportes da área de Compliance, Riscos e Controles Internos acerca das atividades desenvolvidas, incluindo informações relacionadas ao Programa de Integridade e ao funcionamento do Canal de Denúncias.
- Acompanhou os relatos recebidos por meio do Canal de Denúncias e o respectivo andamento das apurações, conforme apresentado pela Administração.
- Acompanhou a execução do Plano Anual de Auditoria Interna, tendo recebido os relatórios emitidos no período e o status das recomendações apresentadas às áreas responsáveis.

Principais conclusões e recomendações do Comitê de Auditoria

(i) Avaliação dos relatórios e das demonstrações financeiras e da atuação dos auditores independentes:

- Considerado satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas.
- Não foram relatados ou identificados casos de conflitos relacionados às demonstrações financeiras.
- Sugestões de melhorias técnicas notadamente na clareza, objetividade e nível de transparência das informações nos relatórios foram substancialmente implementadas
- Não foram constatados óbices às informações ou quaisquer outras dificuldades ao trabalho do auditor independente.
- O Comitê não identificou nenhum evento ou situação que pudesse afetar a independência ou a objetividade dos auditores independentes.
- Com relação aos reportes de resultados trimestrais, o Comitê considera as informações prestadas pela Deloitte como satisfatórias e suficientes.

(ii) Supervisão do gerenciamento de riscos e controles internos

O ambiente de controles internos mostrou evolução, tendo entretanto o Comitê recomendado a continuidade do foco no mapeamento dos processos corporativos críticos e na automação dos processos, com especial atenção àqueles vinculados a área de suprimentos que ainda apresentam riscos significativos

Recomendação referente às Demonstrações Financeiras de 2025

“Os membros do Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact Serviços Marítimos S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, realizaram exames e análises do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, após as discussões e esclarecimentos prestados pela Diretoria Financeira da Companhia e pelos representantes dos auditores independentes, e diante da confirmação de que o relatório dos auditores independentes será emitido sem ressalvas, opinam, por unanimidade, que as referidas demonstrações financeiras refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e recomendam a manifestação favorável pelo Conselho de Administração da Companhia em relação aos referidos documentos.”

Rio de Janeiro, 02 de março de 2026



Marcus Vinicius Dias Severini

8808

Marcus Vinicius Dias Severini

Coordenador do Comitê de Auditoria e Compliance



Ana Maria Siqueira Dantas

8807

Ana Maria Siqueira Dantas

Membro Independente do Comitê de Auditoria e Compliance



Luis Rapparini

2163

Luis Claudio Rapparini Soares

Membro Independente do Comitê de Auditoria e Compliance

OCP_RCOAUD 23.02.2026_consolidado - Versão Final.docx

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 32FDD-5C9D8-E5491



Solicitação de assinatura iniciada por: THIAGO P. em 02/03/2026

Assinaturas



Thiago Borges Paes de Lima
Assinou Eletronicamente



Thiago Borges Paes De Lima



TL

8659

8659

Assinou em: 02 de março de 2026, 17:35:59 | E-mail: thi*****@oc***** | Endereço de IP: 201.65.108.146 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 145.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****9732



Luis Rapparini
Assinou Eletronicamente



Luis Rapparini



LR

2163

2163

Assinou em: 02 de março de 2026, 18:38:41 | E-mail: lui*****@gm***** | Endereço de IP: 2804:14d:5ce3:8dbf:5c22:b2ca:c64e:b94d | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Safari 26.3, Mac 10.15.7 | Celular: *****9295



Marcus Vinicius Dias Severini
Assinou Eletronicamente



Marcus Vinicius Dias Severini



MS

8808

8808

Assinou em: 02 de março de 2026, 19:08:58 | E-mail: mar*****@gm***** | Endereço de IP: 2804:7f1:c242:8c15:a333:46c2:33ad:d677 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.3.3) | Celular: *****8808



Ana Maria Siqueira Dantas
Assinou Eletronicamente



Ana Maria Siqueira Dantas
8807



AD

8807

Assinou em: 02 de março de 2026, 21:49:39 | E-mail: ana*****@gm***** | Endereço de IP:
2804:14d:5cef:aa26:5d74:c25:b5c5:a0f6 | Segundo Fator de Autenticação: SMS |
Dispositivo/Aplicativo: Chrome 145.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****2244

Parecer do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact Serviços Marítimos S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, realizaram exame e análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, após análise, discussões e esclarecimentos prestados pela Diretoria Financeira da Companhia e pelos representantes dos auditores independentes e na confirmação de que o relatório dos auditores independentes será emitido sem ressalvas, os membros do Comitê de Auditoria e Compliance, decidiram, por unanimidade, recomendar a manifestação favorável pelo Conselho de Administração da Companhia em relação aos referidos documentos.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2026.

Marcus Vinícius Dias Severini
Coordenador do Comitê de Auditoria e Compliance

Ana Maria Siqueira Dantas
Membro Independente do Comitê de Auditoria e Compliance

Luis Claudio Rapparini Soares
Membro Independente do Comitê de Auditoria e Compliance



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da Oceanpact Serviços Marítimos S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua da Glória, nº 122, salas 801 e 802 10º pavimento, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.114.805/0001-30, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos e para fins do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2026

Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade
Diretor Presidente

Eduardo de Toledo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos dos incisos V do §1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, e do art. 34, d, do Estatuto Social da Companhia, declaramos, na qualidade de diretores da Oceanpact Serviços Marítimos S.A, que revisamos, discutimos a respeito e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2026

Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade
Diretor Presidente

Eduardo de Toledo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores